

ANO 6, NÚMERO 180 | QUINZENAL | QUINTA-FEIRA, 30 ABRIL 2020 | 1 EURO (IVA 6% incluído)

P O M B A L Jornal

DIRECTORA MANUELA FRIAS | E-MAIL POMBALJORNAL@GMAIL.COM | TELEF: 236023075 | 911975237 | 965449868

CGW
 COMSOFTWEB®
 sistemas informáticos, Lda

- Software
- Desenvolvimento web
- Hardware
- Segurança

www.comsoftweb.pt

Urbanismo
 Reabilitação da Várzea recolhe opinião pública



Página 15

Guia
 Grupo Lusiaves cria dezenas de postos de trabalho



Página 43

Ambiente
 Albergaria recebe 'luz verde' para parque eólico

Página 3

Ilha
 Comunidade volta a apoiar centro social e paroquial

Página 8

Motociclista de 42 anos perde a vida no IC8 em colisão com carrinha

O acidente entre a moto e o veículo ligeiro de mercadorias ocorreu na localidade de Arroiteia (freguesia de Pombal) e tirou a vida a um homem residente na freguesia de Abiul e emigrante na Suíça. Página 3



Saúde pública Há 21 casos recuperados da Covid-19

Páginas 02 e 04



Pelariga
Gerência
 da farmácia
 explica razões
 do encerramento

Páginas 42

Redinha
 Projecto
 premiado reforça
 apoio a idosos

Página 4

DEPOIS DE VOCÊ O
 MELHOR PRESENTE PARA
 A SUA MÃE ESTÁ AQUI.
 DOMINGO, DIA 3, CELEBRE O DIA DA MÃE



Cila Flores | 914 948 334

Entrega de material a alunos carenciados

O Município de Pombal já tem na sua posse, desde quinta-feira passada, dia 23, os equipamentos informáticos (100 computadores e 100 routers) que serão distribuídos, para empréstimo, esta semana, aos alunos dos escalões A e B, de forma a garantir acesso ao ensino à distância. Ao todo, a Unidade de Projectos Educativos da autarquia irá disponibilizar 100 computadores e 100 routers, tendo por base o levantamento das necessidades, realizado pelos agrupamentos de escolas do concelho. Trata-se de uma medida “para apoiar as famílias e mitigar o impacto da pandemia de COVID-19”, refere o município.

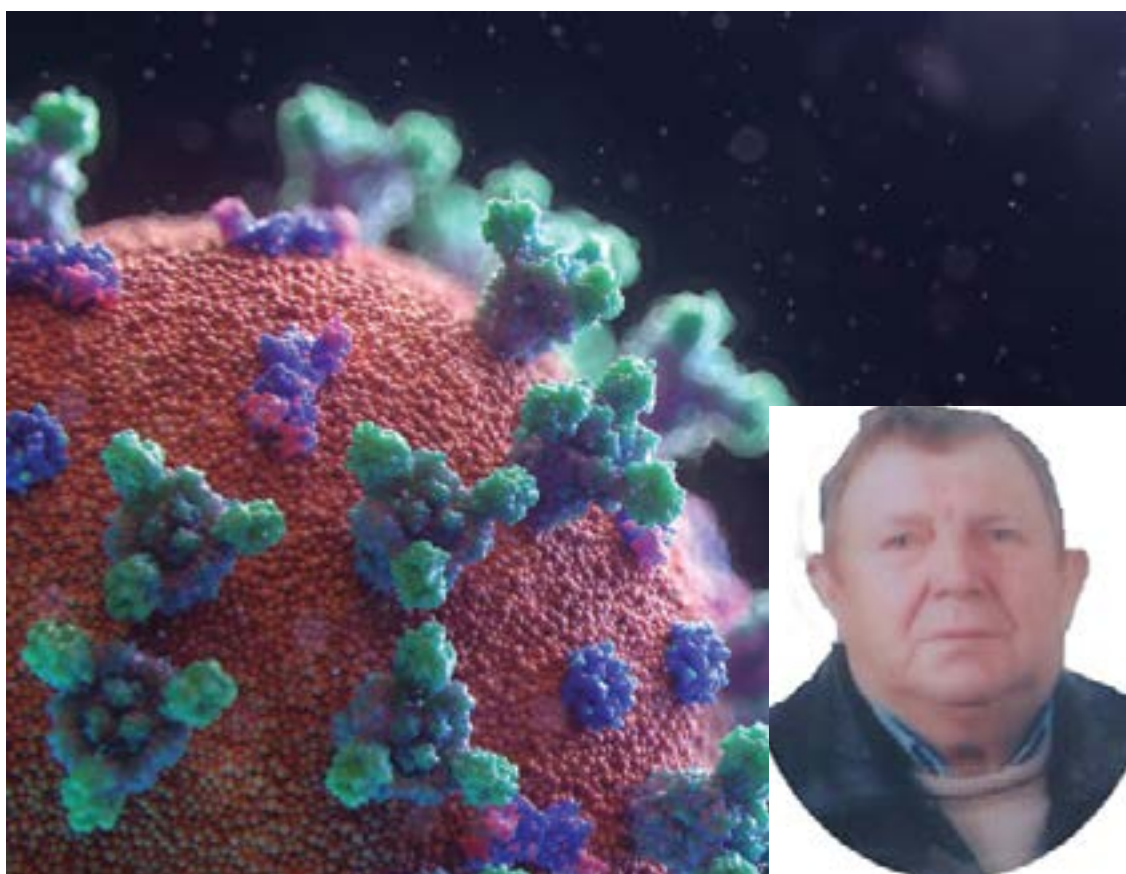
Produção de máscaras em Abiul

A Junta de Freguesia de Abiul, em parceria com os Bordados Patrício, está a dinamizar uma campanha para a produção de máscaras solidárias. Para a concretização da iniciativa, a autarquia liderada por Sandra Barros lançou um apelo nas redes sociais à procura de voluntários que possam realizar o trabalho em casa, sendo o material cedido pela Junta de Freguesia. Os interessados em juntar-se a esta causa poderão fazê-lo através do telefone 236 921 206 ou do email freguesia.abiul@mail.telepac.pt.

ETAP produz material de protecção

Nas últimas semanas, a Escola Tecnológica e Profissional de Pombal (ETAP) já produziu centenas de hastes para viseiras e para óculos de protecção, entregues a unidades de saúde da região. A iniciativa surgiu “no seguimento dos apelos dos profissionais de saúde, nomeadamente de hospitais da região”, o que levou a escola a colaborar na produção daqueles dispositivos.

“As viseiras já estão a ser produzidas, desde Março, nas impressoras 3D da ETAP”, numa acção que conta com a colaboração da empresa Filkemp 3DPrint Master Pro“, que ofereceu o filamento destinado a este fim”, revela a escola, em nota de imprensa. “Parte da viseira médica e dos óculos, como a faixa da zona central que segura a máscara transparente e as hastes para as segurar, são impressas em 3D”, explica ainda a ETAP.



• Arlindo da Graça Jordão foi a única vítima mortal da Covid-19, nos últimos 15 dias, no concelho

Situação epidemiológica tem abrandado

Pombal já conta com 21 infectados pela Covid-19 recuperados

A situação epidemiológica de Covid-19 tem abrandado nas últimas semanas no concelho de Pombal. Em cerca de quinze dias, a Autoridade de Saúde Pública contabilizou duas dezenas de casos recuperados e o número de pessoas contabilizadas tem sido uma evolução muito lenta.

Segundo a nota informativa diária divulgada na passada segunda-feira (dia de fecho da presente edição), a Autoridade de Saúde Pública dava conta da existência de 35 casos activos e 21 recuperados. Havia, ainda, 28 pessoas em vigilância activa.

Os dados acumulados apontavam para 65 casos confirmados no concelho, incluindo nove óbitos e 21 curados.

A nona vítima foi anunciada a 15 de Abril. Tratou-se de Arlindo da Graça Jordão, de 83 anos de idade, residente em Outeiro Martinho (Guia). Estava hospitalizado no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, e a sua mulher está, igualmente, contaminada.

Quanto à distribuição dos casos pelas diversas freguesias do concelho, o maior número está reportado à freguesia de Pombal, com 41 casos, incluindo seis óbitos e 13 curados. De seguida a União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca com cinco casos na Ilha (incluindo três curados) e quatro na Guia (incluindo um óbito e dois curados).

As freguesias do Lourical e

Carriços têm ambas três casos reportados, realçando que no Carriço aconteceu o primeiro óbito conhecido, há mais de um mês.

Com dois casos confirmados surgem as freguesias de Abiul, Almagreira (já com um curado) e Meirinhas (um faleceu e outro está curado).

Os restantes casos de infecção são reportados a cidadãos com residência oficial nas freguesias de Vila Cã (já curado), Vermoil e Carnide.

Ainda sem qualquer caso detectado encontram-se as freguesias de Pelariga, Redinha e União de Freguesias de Santiago, São Simão de Litem e Albergaria dos Doze.

Pandemia cancela Expo-Fago na Guia

Perante a actual situação causada pela Covid-19, a União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca já anunciou o cancelamento daquele que é o maior evento anual da região Oeste do concelho: a Expo-Fago (Feira de Actividades Económicas da Guia), marcada para os dias 10, 11, 12, 13 e 14 de Junho.

O certame assinalaria, este ano, a sua 31ª edição e a organização, tal como aconteceu pela primeira vez em 2019, ficaria novamente a cargo, em exclusivo, do executivo liderado por Gonçalo Ramos. Até o ano passado, a Expo-Fago resultava de uma parceria entre a autarquia local e o Grupo Desportivo Guiense.

Para além do cariz económico, com expositores de vários pontos da região, o evento conta, também, com um forte envolvimento das instituições e associações da freguesia.

Pólo de Saúde de Almagreira reaberto

Atendendo ao decretar do Estado de Emergência, a que acresce a escassez de recursos humanos na Unidade de Cuidados de Saúde Primários (UCSP) Vale do Arunca, o pólo de saúde de Almagreira tem estado encerrado. Contudo, o executivo presidido por Humberto Lopes anunciou no sábado passado, dia 25, que o regresso de um elemento de enfermagem permitiu a reabertura da unidade de saúde, no horário habitual e com a equipa completa, desde esta segunda-feira, dia 27.

Meirinhas aceita encomendas de favas

A Junta de Freguesia das Meirinhas anunciou, no início deste mês, o cancelamento do Festival da Fava, que deveria realizar-se no início de Maio. Contudo, e para que os agricultores que semearam a leguminosa não fiquem prejudicados, a autarquia está a aceitar encomendas.

As favas têm um custo de 0,80€/kg, aceitando-se apenas encomendas com um mínimo de 5kg.

À semelhança de 2019, está disponíveis, para venda, mais de uma tonelada de leguminosas.

Os interessados deverão entrar em contacto com a Junta de Freguesia.

Junta disponibilizou dispensadores de desinfetante

Multibancos de Vermoil mais seguros

Numa altura em que todas as medidas de saúde pública que promovam a segurança dos cidadãos são aplaudidas, a Junta de Freguesia de Vermoil instalou, nos multibancos daquele território, dispensadores de desinfetante para que os utilizadores daquelas caixas automáticas possam higienizar as mãos aquando da sua utilização. A medida foi divulgada nas redes sociais e rece-

beu inúmeras reacções positivas por parte dos cidadãos. A mesma freguesia tem também, na sua sede, uma caixa solidária à disposição de quem queira contribuir para os que mais precisam, mas onde as famílias em dificuldades poderão levantar géneros alimentares. “Leve o que precisar, deixe o que puder” é a mensagem que se encontra na caixa.

Ainda no âmbito das medidas

de combate à Covid-19, a mesma autarquia encomendou tecido e os elásticos necessários para produzir máscaras de protecção, mas apela a voluntários para a sua produção. As máscaras serão depois cedidas às instituições ou pessoas que necessitarem. Para mais informações estão disponíveis os telefones 236 941 756 e 236 942 340, bem como o email info@jf-vermoil.pt.

Instituição agradece a entidades que apoiaram

Utente recebida com alegria no regresso ao lar da Ilha

Cerca de um mês depois de internamento numa unidade hospitalar em Coimbra, Maria Clara Silva regressou, há uma semana, ao Lar de São José, do Centro Social e Paroquial da Ilha. A sénior, de 88 anos de idade, foi diagnosticada com o novo coronavírus e está agora recuperada, após novos testes com resultado negativo.

A utente, hemodialisada, foi recebida com aplausos por parte das colaboradoras da instituição. “Uma grande alegria termos a senhora Maria Clara de volta a esta nossa e sua casa, agora curada da Covid-19”, referiu o pároco Fernando Carvalho, presidente instituição, não escondendo a sua satisfação por a utente “ter ganho esta batalha”, sendo uma “mulher guerreira que sempre foi”.

O regresso de Maria Clara acontece dias depois de três colaboradoras da instituição, da União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, terem sido consideradas, igualmente, curadas, da contaminação. Fernando Carvalho realçou que “as colaboradoras que estão a trabalhar têm demonstrado muita coragem e amor ao trabalho e aos nossos utentes” que “encontram-se bem, serenos e bem cuidados”.

Contactado pelo Pombal Jornal, o pároco começou por considerar que a situação de pandemia Co-



• Depois de um mês internada, a utente foi recebida com aplausos

vid-19 “é uma realidade muito difícil que nos afecta a todos”. “Tem sido amplamente noticiado que a população mais idosa é a mais frágil e a mais propensa a contágio devido à idade, a outras doenças que tenham e a menos defesas” pelo que “os lares têm aqui uma

grande responsabilidade, uma vez que trabalham com esta população”, frisa.

Na opinião de Fernando Carvalho, desde o início, o Lar de São José “começou a implementar um plano de contingência dando operacionalidade concreta às indicações

dadas pelos serviços competentes de saúde”. “Foi dada formação dedicada às colaboradoras e fomos tendo todo o material necessário de protecção individual”, refere.

O pároco enaltece que “o primeiro, e felizmente único, caso positivo detectado foi de imediato

cuidado e encaminhado para os serviços de saúde”.

“Todo esse trabalho foi liderado, de forma competente, pela direcção técnica da instituição e fomos devidamente acompanhados pela Unidade de Saúde de Pombal, pelo município, pela Junta de Freguesia e pela Segurança Social”, realça, salientando, também, “toda a confiança, colaboração e ajuda das famílias dos nossos utentes que manifestaram proximidade e proferiram palavras de ânimo e de coragem às nossas colaboradoras”. “Fomos agraciados também com várias ajudas de pessoas particulares, empresas e colectividades da nossa comunidade a quem endereçamos os nossos agradecimentos sinceros”, frisa.

Para Fernando Carvalho, “a comunidade da Ilha é muito especial em manifestar muita estima e consideração para com o nosso Centro Social Paroquial. Várias pessoas da comunidade se juntaram para prepararem um grande terreno de plantação de batatas para nos oferecer. Será uma ajuda muito importante para continuarmos a honrar os nossos compromissos financeiros como tem acontecido nos últimos meses”.

“Temos esperança que, entre nós, a situação se vai manter assim e que esta realidade de pandemia mundial se vá resolvendo com harmonia e coragem”, vinca.

Colisão entre mota e ligeiro de mercadorias

Homem de 42 anos morre em acidente no IC8



Um homem de 42 anos morreu, no passado dia 24 de Abril à noite, na sequência de uma colisão entre uma mota, que conduzia, e um veículo ligeiro de mercadorias, no Itinerário Complementar 8 (IC8), na zona de Pombal.

O alerta para o violento acidente foi dado por cerca das 21h00 dando conta de uma colisão entre os dois veículos na localidade de Arroiteia, freguesia de Pombal, tendo os Bombeiros Voluntários

de Pombal accionado para o local uma ambulância de socorro e uma viatura de comando táctico.

Também o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) enviou uma ambulância Suporte Imediato de Vida (SIV) e uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER), afectas ao Centro Hospitalar de Leiria.

Segundo fonte do Corpo de Bombeiros, o acidente ocorreu no sentido Pombal/ Ansião, no momento em que a viatura ligeira de mercadorias entrou no IC8, numa das intersecções existentes naquela zona.

O motociclista, Hélder Manuel Cruz Mendes, residente na freguesia de Abiul, e emigrante em Romont (Suiça), não conseguiu evitar a colisão, acabando por ser arrastado por alguns metros.

A vítima não resistiu aos ferimentos tendo entrado em paragem cardiorrespiratória. Apesar dos esforços por parte dos socorristas, o óbito viria a ser declarado no local pelo médico da VMER.

As causas e as circunstâncias em que ocorreu o trágico acidente estão a ser apuradas pelo Núcleo de Investigação a Acidentes de Viação da Guarda Nacional Republicana, que tomou conta da ocorrência.

Loja Social apoia famílias em três freguesias

Já está em funcionamento, desde a semana passada, a loja social das freguesias de Vermoil, Carnide e Meirinhas, num projecto que conta com o apoio da Cruz Vermelha. O espaço funciona na sede da escola primária do Outeiro da Ranha (freguesia de Vermoil) e tem disponível roupa ou calçado para quem o solicitar, mediante contacto prévio, pelo telefone 965 267 325, com a técnica da APOIAR - Comissão Social inter-freguesias, Rita Santos. Numa altura em que muitas famílias já se debatem com as dificuldades resultantes da situação pandémica que o país atravessa, as autarquias deixam um apelo aos cidadãos que puderem doar roupa ou calçado para esta causa, para que o façam nos serviços daquelas Juntas de Freguesia. Recorde-se que, no caso de Carnide, a freguesia já tem em funcionamento, ainda antes deste período da pandemia, uma loja social, instalada no edifício do Centro Social, tal como o Pombal Jornal já noticiou.

Definidos quatro espaços de confinamento

Protecção Civil aprova plano especial para dar resposta a lares

A Comissão Municipal de Protecção Civil de Pombal aprovou o Plano Especial de Emergência e Resposta para os Lares de Idosos do concelho, que define quatro espaços de confinamento de seniores infectados, ou não, com a Covid-19, bem como um equipamento para alojamento de pessoal operacional.

O referido documento constitui um plano de rectificação de recurso em situação de emergência, dando resposta à evacuação das instituições do concelho (lares e instituições de solidariedade social).

“Além de identificar os espaços, o plano prevê a entidade gestora de cada um deles, que será responsável por assegurar recursos humanos (assistentes operacionais), confecção e fornecimento de alimentação, higiene e limpeza de espaços e serviço de lavandaria”, refere a autarquia.

Os referidos equipamentos serão geridos pelo Centro Social do Carriço, Centro Social e Paroquial da Ilha, Centro Social de São Pedro, e pela Santa Casa da Misericórdia de Pombal. O

Centro Social de Almagreira será responsável pela gestão do equipamento para alojamento de pessoal operacional.

“Todos estes equipamentos foram já vistoriados pela Segurança Social, Protecção Civil e Autoridade de Saúde”, refere a autarquia, garantindo que tais instalações estão apetrechadas com equipamento que garantam “o conforto e a dignidade dos cuidados, numa opção que privilegia a proximidade e a privacidade, em detrimento de pavilhões desportivos ou outras opções menos personalizadas”.

Estes locais asseguram camas, num rácio de mais de 10% da capacidade instalada no concelho, com cerca de 1100 utentes, pertencentes às 24 IPSS e 13 lares privados existentes. Por outro lado, também já foram mobilizados os equipamentos necessários para “garantir o funcionamento” daqueles espaços, “numa opção que privilegia a proximidade e a privacidade, em detrimento de pavilhões desportivos ou outras opções menos personalizadas”, explica a autarquia.

Ana Laura Duarte

O calendário assinalava 17 de Março. Maria da Conceição Carvalho já havia ligado para a Linha de Saúde 24, no entanto, como a ligação nunca foi estabelecida acabou por entrar em contacto com a médica de família que a acompanha no Centro de Saúde de Pombal, e que lhe deu indicação para que se dirigisse àquele local. Com 77 anos de idade e um quadro clínico de arritmia cardíaca, dificuldades respiratórias, doença hepática e várias cirurgias realizadas nos últimos anos, a doente acabou por realizar um exame de raio-x no Hospital Distrital de Pombal onde lhe foi diagnosticada uma “pneumonia bilateral nos dois pulmões”, conta.

Desde sábado, dia 15, que apresentava uma sintomatologia sem melhoras: tosse, febre, dificuldades respiratórias, tensão baixa e arritmia cardíaca, “sentia-me muito mal e quase não conseguia respirar”, relata. Após o resultado do exame, “fui encaminhada para o Hospital de Santo André (HSA), em Leiria, mas sempre a pensar que regressaria no próprio dia e que só iria realizar mais alguns exames complementares”, face ao diagnóstico. Assim que deu entrada naquele Hospital, a idosa começou a “fazer medicação para a pneumonia, onde me foram administrados alguns antibióticos”, mas foi no dia seguinte que a equipa médica “realizou uma análise para a Covid-19”, que acabaria por confirmar algumas suspeitas: “disseram-me que estava infectada”, e nesse momento “chorei, pensei que não ia voltar a ver a minha família ou a minha casa”. A transferência para a ala do hospital dedicada apenas a casos do novo coronavírus deu-se nesse mesmo dia e foi Maria da Conceição Carvalho, residente na Cumieira, freguesia de Pombal, que “inaugurou as instalações do hospital de campanha, montado para receber, exclusivamente, doentes de Covid-19, pouco tempo depois deu entrada um casal com suspeitas de infecção por coronavírus, e nos dias seguintes é que começou a dar entrada mais gente”, explica. Assim que os resultados do



• Durante o internamento, Maria da Conceição Carvalho enviava recados pelos médicos para que a família não se esquecesse de alimentar o Mini, o cão

“Numa situação destas, quem não teria medo?”

Maria da Conceição Carvalho: o testemunho de quem escapou à Covid-19

Tosse, febre, dificuldades respiratórias, tensão baixa e arritmia cardíaca eram alguns dos sintomas apresentados por Maria da Conceição Carvalho, de 77 anos. Diagnosticada com uma “pneumonia bilateral”, acabou por descobrir, dias mais tarde, que se encontrava infectada por Covid-19, assim como uma das suas filhas. Depois de 12 dias de internamento, 14 dias de isolamento profilático e de algum medo, a septuagenária já se encontra em casa, recuperada.

teste foram conhecidos, “toda a minha família directa foi contactada”, no sentido de “perceber com quem teria estado em contacto mais directo e para dar indicações concretas sobre o procedimentos a ter”. “Fomos muito bem tratados por todos os profissionais de saúde com quem estivemos em contacto”, ressalva.

Mãe de quatro filhos, “três mulheres e um homem”, toda a família foi alertada, no entanto “apenas a minha filha mais nova, que apresentava uma tosse cada vez mais forte, foi indicada para realizar o teste para infecção por Covid-19”, que “também veio positivo”. A descendente mais nova “não foi internada, por não apresentar sintomas

que o justificassem”, e limitou-se “a recuperar em casa, confinada a uma divisão, para evitar contacto com o marido e os filhos”, cumprindo as regras de reclusão total exigidas neste contexto.

No caso de Maria da Conceição Carvalho, após 12 dias de internamento, “como a febre começou a baixar e já me sentia muito

melhor, os médicos acharam por bem que realizasse o restante tratamento em casa”, e nessa altura, “a minha filha mais nova, que já se encontrava em isolamento profilático, por estar positiva, decidiu prolongar o prazo de isolamento para me fazer companhia, e para me ajudar nas minhas tarefas diárias”. Passaram 14 dias confinadas a “um dos pisos da residência”, adaptaram a moradia para a nova condição e passaram o tempo “a ler, ouvir rádio e a limpar”, a limpar muito: “a minha filha lavava e desinfetava tudo regularmente”.

Questionada sobre a origem do contágio, a septuagenária admite que é uma incógnita, no entanto, e após “várias conversas com os profissionais de saúde, pensamos que possamos ter sido infectadas no Hospital de Coimbra”, quando, a 4 de Março, as duas se deslocaram a uma consulta de rotina.

A 13 de Abril as duas mulheres realizaram novo teste para a detecção de Covid-19, e o resultado trouxe-lhes uma lufada de ar fresco: revelou-se negativo. Actualmente ficam apenas as recordações de um período difícil, mas que “passou sem sobressaltos”. Maria da Conceição Carvalho não nega: “tive muito medo: medo de não regressar a casa, medo de não voltar a ver a minha família, medo de não voltar a ver o Mini”, mas afinal, “numa situação destas, quem não teria medo?”, questiona enquanto tece largos elogios “à equipa de profissionais que me acompanhou, e que apesar de praticamente não lhes ter visto a cara, porque andavam sempre altamente equipados, foram incansáveis e excepcionais”.

Durante os dias de internamento, os contactos com o exterior foram interditados, e por isso, “a minha família ligava para o serviço e falavam com os médicos e enfermeiros, e por vezes, também falávamos um bocadinho ao telefone, para ficarmos mais descansados”. Em cada contacto, havia sempre uma indicação a não esquecer: “pedia sempre para dizerem às minhas filhas para não se esquecerem de ir dar comida ao Mini”, o cãozinho que “também faz parte da família”, revela bem-disposta.

Projecto permitir alargar apoio a utentes em centro de dia

Misericórdia da Redinha premiada pelo “Gulbenkian Cuida”

A Covid-19 mudou radicalmente o quotidiano das populações, mas foi junto dos grupos considerados de risco que os impactos foram mais significativos. Na Santa Casa da Misericórdia da Redinha (SCMR), tal como nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) de apoio a idosos, o centro de dia fechou portas, mas “também fechou a porta da habitação das pessoas idosas”, como refere Mário Sacramento, provedor da instituição. “Fechar a porta para proteger um grupo de risco”, mas que, para a SCMR não é sinónimo de “total isolamento”, nem de “prisão ou solidão”.

“A pandemia obrigou a nossa Mi-

sericórdia, a par de muitas outras, a realizar muitos ajustes e reajustes, sendo actualmente assegurada às pessoas idosas que integram as nossas respostas sociais (Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário) somente a satisfação das necessidades básicas, ainda que saibamos que ficamos aquém das necessidades” dos utentes.

É nesta quadro que surge o “Gulbenkian Cuida”, um concurso destinado a apoiar organizações da sociedade civil que cuidem de pessoas idosas, no âmbito do Fundo de Emergência para dar resposta à pandemia pelo novo coronavírus. A Santa Casa da Misericórdia da Redinha candidatou-



se com o projecto (CON)VIVER e, a par de outras 68 instituições do país, foi uma das distinguidas, no passado dia 22 deste mês, no âmbito desta iniciativa.

Graças a este apoio, o (CON)VIVER passará a apoiar, a partir do

dia 1 de Maio, 50 pessoas idosas que integram as respostas sociais da SCMR com um leque de serviços alargado, todos prestados no domicílio. É a única IPSS do concelho abrangida por este apoio.

O projecto (CON)VIVER está orçado em 15.432,46 euros, sendo totalmente financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian em cooperação com o Instituto de Segurança Social. Permitirá alargar a intervenção da animação sociocultural, garantir o acompanhamento psicológico das pessoas idosas, adquirir o sistema interativo siosLife móvel e, ainda, reforçar o stock de equipamentos que possibilitam o fornecimento

das refeições, revela Mário Sacramento. Segundo o provedor, a intervenção não corresponde a algo inovador, mas pretende dar “uma resposta às necessidades efectivas de uma população que se prevê que fique confinada ao seu domicílio por longos meses e a que a Misericórdia da Redinha não pode ficar indiferente”. Neste contexto, “(CON)VIVER promove a socialização, a qualidade de vida, a manutenção dos laços familiares à distância, a saúde e um processo de envelhecimento activo e saudável com a dignidade que lhe é devida, mesmo em tempos de Pandemia”, remata aquele responsável da instituição.



Escola Tecnológica, Artística
e Profissional de Pombal

MESMO
DISTANTES
CONTINUAMOS
JUNTOS!

EM BREVE ESTAREMOS DE
VOLTA ÀS NOSSAS ATIVIDADES

AULAS PRÁTICAS

APRENDIZAGENS OUTDOOR

FORMAÇÃO EM EMPRESAS

ESTÁGIOS INTERNACIONAIS (ERASMUS)

Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal
Avenida Vasco da Gama - Parque Industrial Manuel da Mota 3100 - 354 Pombal
Tef: 236 200 810 | www.etap.edu.pt | info@etap.edu.pt
www.facebook.com/pombaletap

Somos a 1ª Escola Profissional de Portugal!



Elisabeth Oliveira fala do quotidiano em França

Emigrantes já sentem os efeitos da pandemia



● Elisabeth Oliveira com o filho mais novo no terraço do apartamento onde todos os domingos almoça

Há uma incontornável realidade associada à pandemia causada pelo novo coronavírus: o desemprego, que desde Março não pára de aumentar em Portugal, mas que é transversal a todos os países.

Elisabeth Oliveira desconhece os números concretos da taxa de desemprego entre os emigrantes portugueses em França, mas não tem dúvidas de que já se sentem os efeitos do surto epidémico. Porteira num bairro de classe média/alta na capital francesa e fundadora da Association ALMA - Gardien-nes d'Immeuble à Paris (à qual ainda preside),

Elisabeth Oliveira, que tem raízes no concelho de Pombal, que visita todos os anos, procura acompanhar de perto, agora sobretudo através das redes sociais, a comunidade portuguesa e as dificuldades sentidas nesta altura em particular. Sabe que alguns regressaram à terra natal, mas desconhece se foi para estar junto da família ou motivado por situações de desemprego. Elisabeth Oliveira acredita inclusivamente que estejam “a acontecer situações dramáticas”, uma vez que o confinamento “está a atingir uma população que esteve sempre inserida, tinha

emprego e nunca pensou ficar sem ele de um dia para o outro”. Além disso, “pedir ajuda nunca esteve no sangue deste povo orgulhoso que sempre teve o instinto de sobrevivência e se destacou pelo esforço e trabalho”, se bem que, nesta altura, “até a solução da emigração para uma vida melhor” esteja fora de questão.

Depois, há ainda outro aspecto, associado a uma economia paralela, para o qual a dirigente associativa faz questão de chamar a atenção. “Na comunidade portuguesa em França, muitos faziam horas de limpeza e biscates na construção ci-

vil”, que representavam um extra significativo no rendimento mensal e que agora está posto de lado. “Hoje já não é possível, por causa do confinamento”, nota, o que tem levado aqueles que conseguiram fazer poupanças a recorrer agora a elas.

“Vamos entrar na sétima semana de confinamento”, o que adensa os receios, evidencia a conhecida representante das porteiras na capital francesa. “Estou bastante preocupada com o que aí vem”, porque “o desemprego aumentou exponencialmente no mundo inteiro. Sempre houve crises mundiais mas nunca houve uma que suspendesse tudo ao mesmo tempo”.

Elisabeth Oliveira lembra que “França sempre teve os melhores apoios sociais”, e ainda que “todos os países” estejam “a tentar preservar os postos de trabalho e os rendimentos”, mostra-se renitente. “Até quando?”, questiona. “Chegará para todos?”, prossegue, fazendo jus aos “quase seis milhões de pessoas em layoff” no país.

Mas ainda que as preocupações sejam muitas, não faltam, também, gestos de solidariedade. E, nesse campo, a pombalense enaltece os gestos das associações lusófonas que, “privadas das suas actividades normais”, não baixaram os braços e muitas delas têm dedicado parte do tempo a criar “máscaras de tecido”, mas também a dar apoio aos cidadãos que vivem sozinhas e em situação de fragilidade ou, ainda, a fazer entregas de alimentos.

Acções tiveram início no sábado

Junta de Pombal assinala 25 de Abril durante uma semana



● Os bombeiros de Pombal foram visados nesta acção da autarquia

Os 46 anos da Revolução dos Cravos foram assinalados, pela Junta de Freguesia de Pombal, com um tributo aos heróis de Abril. Durante esta semana, a última do mês, a autarquia liderada por Pedro Pimpão distribuiu cravos e máscaras sociais pela comunidade e utilizou as redes sociais para partilhar, diariamente, vários apontamentos culturais de pombalenses. “O objectivo principal de dedicar uma semana a celebrar os valores de Abril prende-se com o facto de, nunca como hoje, ser tão importante valorizar a liberdade que foi conquistada pelos nossos heróis de Abril de 1974 e que é agora salvaguardada pelos heróis de Abril de 2020”, explicou o presidente da Junta, referindo-se, de forma particular, aos “profissionais de saúde que estão na linha da frente do combate ao Covid-19, assim como, a todos os profissionais que, nos diversos sectores de actividade, trabalham diariamente, arriscando as suas próprias vidas, para que não falte nada em nossas casas”.

Através de uma nota de

imprensa, Pedro Pimpão aproveitou, desta forma, para agradecer “à Luísa Venturini, à Lina Oliveira, ao Ricardo e ao João Silva, ao Daniel Francisco, à Anabela Coteiro, assim como, ao Nelson Pedrosa, Ana Carolina e Daniel Fernandes, pelo contributo que deram para a realização dos vários apontamentos” que, no seu entender, contribuíram para que, “numa época tão especial como a que atravessamos, a liberdade que Abril nos trouxe seja devidamente valorizada pela nossa comunidade”.

Para além destas acções, a autarquia assinalou a efeméride com a “valorização do pluralismo democrático que Abril nos trouxe” e, para isso, desafiou os representantes de todos os partidos políticos com assento na Assembleia de Freguesia a partilharem mensagens institucionais alusivas à data, através da página de facebook da autarquia. A estas mensagens juntaram-se, também, as do Presidente de Assembleia de Freguesia, Nascimento Lopes, e do Presidente de Junta, Pedro Pimpão.

Prazo para apresentação alargado

Antigas escolas primárias vão a hasta pública

Foi alargado para dia 15 de Maio o prazo de entrega das propostas para arrendamento de edifícios escolares para fins de utilização turística (alojamento local), estando a hasta pública marcada para 26 de Maio, às 10h00. As 14 antigas escolas primárias a arrendar, e que se encontram actualmente desocupadas, situam-se nas freguesias de Abiul, Carriço, Lourical, Redinha, Vila Câ e União de Freguesias de Santiago e São Simão

de Litém. Recorde-se que, tal como já anunciado, os edifícios disponíveis são de diferentes tipologias, sendo que a base de licitação (renda mensal) para os T1 é de 50€, os T2 é de 75€ e os T3 de 100€.

Segundo a Câmara Municipal de Pombal, “o arrendamento destes espaços visa garantir a manutenção e preservação dos mesmos e, simultaneamente, potenciá-los como pólos de desenvolvimento local e turístico”.

Rotinas do confinamento

“Em poucos dias, perdemos quase todos os nossos marcos e muitas das nossas certezas. Uma delas que pensávamos inabalável: a nossa liberdade”, diz, sobretudo quando se comemora uma data como o 25 de Abril. “Dá que pensar”. Aliás, nas escassas saídas autorizadas, o silêncio “envolve as ruas” e “reflete a sideração na qual a França está mergulhada”.

Elisabeth Oliveira reconhece que, no início da divulgação da pandemia, e tal como muitos outros franceses, não se mostrou muito preocupada com as informações que iam sendo divulgadas. Mas esse estado de espírito mudou mais cedo do que seria expectável. “Tentou-se contornar a ordem de confinamento. Não sei se foi por irresponsabilidade, se por suspeitar que o próximo passeio não seria feito tão cedo”, recorda.

Apesar das restrições, a presidente da associação ALMA nunca deixou de trabalhar, mas agora seguindo as precauções necessárias. Já em casa, Elisabeth optou por estabelecer uma rotina de segunda a sexta-feira, diferente do fim-de-semana, “porque é importante estruturar o dia”, revela. Com uma agenda menos preenchida do que é habitual, sobra tempo para se dedicar a outros pormenores. “Capricho mais nos jantares e passei a fazer sobremesas”, conta. O almoço dominical, por sua vez, “é saboreado num apartamento no último andar do prédio, com uma grande varanda, emprestado por uma senhora que vive nos Estados Unidos. É aí que apanhamos um pouco de sol e que fazemos jogos”.

Entre as tarefas diárias está, também, o apoio ao filho mais novo (a filha mais velha vive em Pombal) na realização dos trabalhos escolares. “Costumo dizer, a brincar, que no final do confinamento os pais obterão um aumento significativo do nível escolar deles”, afirma, em jeito de brincadeira, sobre as dificuldades sentidas no dia-a-dia para dar resposta às exigências dos professores, ainda que, passadas estas semanas, já não leve “tão a sério” o que é solicitado. “Uma coisa é vigiar os trabalhos, outra é ensinar matérias novas e, sobretudo, ensinar num contexto onde a ansiedade predomina sobre a pedagogia e onde o confinamento obrigatório pode levar a ter pouca paciência. E esta é fundamental para conseguir ensinar”, retrata.

Perante a fragilidade em que a vida de todos os cidadãos (emigrantes ou não) está mergulhada, Elisabeth Oliveira deixa um apelo para “fiquem em casa para que esta crise acabe o mais depressa possível e possamos regressar às nossas vidas, juntarmo-nos aos nossos (e falando egoistamente, à minha filha que está sozinha em Pombal), porque afinal é isto que mais importa. Só isso é que importa”.



Câmara forçada a lançar consulta pública

Requalificação do Jardim da Várzea não reúne consenso

Orlando Cardoso

Tornar num “espaço convidativo, de memórias e de recordação histórica”, é um dos objectivos da Câmara de Pombal ao requalificar o Jardim da Várzea, umas das “portas mais antigas de entrada” na cidade. No entanto, o projecto não reúne consenso e o executivo viu-se forçado a lançar uma consulta pública, convidando a população a dar os seus contributos de uma forma “honeste e séria”.

O presidente da Câmara, Diogo Mateus, defende a requalificação de toda aquela zona, que é muito mais abrangente que o próprio jardim, com o intuito de o “reabilitar, melhorar o seu aspecto urbanístico, atrair comércio e habitação”.

Realça, no entanto, que o município tem até final do ano para adjudicar a empreitada, sob pena de perder os fundos comunitários já garantidos. É que a reabilitação integra o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) para a cidade de Pombal, que contempla outras intervenções já realizadas, em curso ou projectadas.

O projecto de Requalifica-

ção Urbana da Várzea, de autoria do arquitecto pombalense Carlos Vinhas, foi submetido à apreciação da Câmara Municipal há cerca de 15 dias. No entanto, alguns dos vereadores acabaram por defender uma apresentação pública do mesmo e o assunto viria a ser retirado da mesa camarária. Na passada sexta-feira, voltou a ser incluído na ordem de trabalhos.

Na véspera, a autarquia divulgou na sua página do Facebook algumas imagens do projecto e, de imediato, foi gerada uma onda de indignação popular. Foram centenas as opiniões críticas que “invadiram” as redes sociais, revelando o seu descontentamento pelas opções urbanísticas. Ao ponto de o projecto não ter reunido consenso no seio do executivo.

Os vereadores voltaram a exigir que fosse promovida uma consulta pública junto dos cidadãos e o executivo assim o fez. Desde o passado sábado, 25 de Abril, que está a convidar os pombalenses a enviar os seus contributos e propostas para o projecto, em particular, para a zona do Jardim da Várzea.

Refere, numa nota de imprensa, que o presidente da

autarquia manifestou a disponibilidade para “ouvir os contributos dos cidadãos”, nomeadamente quanto ao “equilíbrio entre espaço verde e pavimentado” desde que “o valor global da empreitada não seja alterado” e “sem comprometer a adjudicação até ao final do ano”.

OBRA DE 1,8 MILHÕES

A obra que irá incidir numa “zona estruturante da cidade” representa um investimento com um preço base a rondar os 1,8 milhões de euros, financiado por fundos comunitários em cerca de 1,1 milhões.

A intervenção, com prazo de execução de 540 dias, advém do “masterplan” da Zona do Interface Intermodal de Transportes e Áreas Envolventes, no qual se incluem também a Requalificação do Jardim do Cardal e da Avenida Heróis do Ultramar, também contempladas no PEDU.

Numa área total de 22.430 m², o projecto agora apresentado contempla a reabilitação do Jardim da Várzea, “um novo sistema de drenagem de águas residuais, rede de abastecimento de água, infra-estruturas eléctricas e

de telecomunicações, execução de passeios e repavimentação de todos os arruamentos”, refere a autarquia, acrescentando que no espaço do actual jardim “prevê-se a manutenção da fonte central e acessibilidade total em todos os quadrantes”.

“O quadrante que confina com a Rua Dr. Carlos Alberto Mota Pinto será dotado de um generoso passeio dotado de árvores e de um acesso por escadas” enquanto que para o jardim propriamente dito “está previsto um pavimento misto em calçada portuguesa e um pavimento ecológico drenante, bem como zonas ajardinadas. Estão previstos bancos com canteiros para flores e zonas arborizadas para os transeuntes que aí pretendam pausar”.

Por outro lado, a intervenção contempla, igualmente, a requalificação do Lardo Salgueiro Maia (largo da estação ferroviária), para além das ruas Dr. Carlos Alberto Mota Pinto, 31 de Janeiro, Marechal António de Spínola, Alexandre Herculano, Professor Alberto Martins de Oliveira, bem como a Rua e Travessa Cancellada do Cais e a Travessa 31 de Janeiro.

Aquisição de duas novas viaturas

Autarquia renova frota de recolha de lixo

O Município de Pombal vai investir cerca de 340 mil euros na aquisição de duas novas viaturas para recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).

A iniciativa, aprovada na última reunião do executivo, “permitirá renovar a frota municipal com viaturas com menores emissões de dióxido de carbono e gases potenciadores do efeito de estufa, mais confortáveis e seguras para motoristas e operadores e mais produtivas”, refere a autarquia, adiantando que visa, também, substituir viaturas “com mais de 20 anos” diminuindo “os custos e as paragens associadas às manutenções pre-

ventivas e correctivas”.

Numa nota de imprensa, a edilidade refere que, mensalmente, são recolhidas “cerca de 1.500 toneladas de resíduos sólidos urbanos” no concelho.

A autarquia realça que a eficiência da frota afecta aos vários serviços “tem sido uma das apostas do município, com vista à sustentabilidade energética e ambiental e ao combate às alterações climáticas”. E destaca, igualmente, o investimento “na eficiência energética dos edifícios, na melhoria da eficiência do sistema de abastecimento de água e as iniciativas de sensibilização ambiental”.

Abastecimento de água

Consumidores devem enviar leitura de contadores



Os consumidores da rede pública de água estão a ser convidados pelo Município de Pombal a enviar as leituras dos seus contadores, uma vez que foi suspensa, no âmbito do plano de contingência para a pandemia Covid-19 essa recolha por parte dos serviços.

Ao incentivar os clientes a fornecer a leitura do contador, a autarquia pretende “evitar a emissão de facturas por estimativa” e ao

mesmo tempo “prevenir a detecção de eventuais fugas nas redes prediais, muitas vezes identificadas apenas aquando da recolha da leitura do contador”.

“Com esta medida, o município pretende evitar facturas com valores desadequados aos clientes, que poderiam causar desequilíbrios nos orçamentos familiares, nesta altura especialmente difícil para as famílias”, refere.

cultiflor
VIVEIROS

/VIVEIROS CULTIFLOR
www.viveiroscultiflor.pt | viv.cultiflor@sapo.pt

Tel. / Fax: 233 959 785 | Tlm. 916 255 387 | 963 284 156
 E.N. 109 Vieirinhos 3105-069 - Carriço

Pedro Brilhante ameaça com queixa ao Ministério Público

Vereador exige justificação sobre uso de viatura do presidente

O vereador da Câmara de Pombal, Pedro Brilhante, voltou a apontar armas à actuação do presidente Diogo Mateus, na última reunião do executivo, realizada na passada sexta-feira, dia 24. Desta vez, o autarca pretende obter justificações sobre a utilização do automóvel atribuído ao edil social-democrata, sob pena de enviar o processo ao Ministério Público.

Depois de ter requerido um conjunto de documentos ao presidente da Câmara, Pedro Brilhante enumerou agora cerca de uma centena de registos que, na sua opinião, terão de ser devidamente esclarecidos. Ou seja, “justificações e provas concretas que comprovem a utilização do automóvel”, frisou.

Segundo o vereador, que viu em Outubro passado Diogo Mateus a retirar-lhe os pelouros que lhe estavam atribuídos, em causa estão deslocações, essencialmente, a Lisboa em diversos dias da semana e em vários horários, como fins-de-semana e períodos nocturnos.

Pedro Brilhante considera que são viagens “não justificáveis por aquilo que conhecemos da sua agenda. Não se consegue encontrar justificação para tal”. Acrescenta que “o que está aqui indiciado, pode configurar alegadamente alguma ilegalidade”.

O vereador frisa que esta “é a última oportunidade para justificar as coisas” e



• A reunião do executivo realizou-se por vídeo conferência

garante: “não serei em absoluto conivente, se não houver justificações”. E, deixa um ultimato: ou o presidente entrega provas concretas até à próxima reunião de Câmara, “ou deixa de ser um processo político e passa a ser um caso de polícia”.

Na sua resposta, Diogo Mateus começou por dizer que integra “os órgãos desta casa desde 1994 e nunca

encontrei, porque a Câmara assim o entendeu, qualquer restrição na utilização da viatura do presidente”. “Nunca existiu qualquer tipo de dúvidas”, frisou.

O edil garantiu que irá responder com a “maior tranquilidade” a “esta perseguição tão empenhada o vereador Pedro Brilhante”, frisando ter gostado “dos seus tons de avisos”.

Diogo Mateus referiu-se, ainda, às várias intervenções do vereador “depois de ter perdido os seus pelouros”, reveladoras que “está com muito entusiasmo”, revelando “muito de si e da sua forma como gosta de fazer política”.

Aproveitou para adiantar que “o presidente da Câmara tem de fazer um trabalho quotidiano, com múltiplos contactos em inúmeras circunstâncias”, vincando que “há muitas reuniões que não têm, nem devem ter, qualquer tipo de registo”.

Já a vereadora Odete Alves (PS) abordou o assunto, referindo que “ficou-se a saber que as possíveis ilegalidades são já antigas”, tendo considerado que Diogo Mateus proferiu “afirmações graves” que “nos leva a acreditar que há efectivamente ilegalidades”.

No entender da autarca socialista, “há uma panóplia de crimes, um deles o de peculato de uso, ou seja, a utilização de bens públicos para questões particulares”.

É que Diogo Mateus já tinha admitido, em Agosto do ano passado, que tinha frequentado, em Lisboa, um Curso de Defesa Nacional, ocupando alguns dias da semana. Odete Alves considera que a frequência do curso “é uma questão de interesse meramente particular” pelo que não deveria se ter deslocado em viatura municipal, afecta à sua função de presidente da Câmara.

Comemorações do 25 de Abril

Autarquia lança desafio sobre a Liberdade

No âmbito das comemorações do 25 de Abril, o Município de Pombal está a promover, desde a passada quinta-feira, dia 23, uma iniciativa que pretende assinalar a data “de uma forma participada, aberta e democrática, em respeito pelos cuidados de prevenção sanitária inerentes à pandemia”. Para isso, a comunidade foi desafiada a partilhar, nas plataformas digitais do município, uma mensagem sobre a liberdade, assinalando-a com o hashtag #LiberdadeResponsável. “Neste 25 de Abril, em casa pela conquista da liberdade, convidamos todos os pombalenses a partilhar o seu conceito de ‘Liberdade’”. Partilhem os vossos textos, desenhos, fotografias, vídeos, músicas ou outras formas de expressão, com a hashtag #LiberdadeResponsável”, lê-se. “Ser livre é ser responsável pelos seus

actos. No tempo em que vivemos, é particularmente evidente que a conquista da nossa liberdade depende da responsabilidade dos nossos comportamentos, para nos protegemos a nós e aos que nos rodeiam. Essa responsabilidade aumenta, na medida em que aumenta a liberdade”, argumenta ainda a autarquia no desafio lançado.

Com o resultado dos conceitos apresentados será criada uma exposição itinerante que irá percorrer as escolas do concelho, no próximo ano lectivo. “Pretende-se, assim, valorizar a participação dos cidadãos na construção da liberdade e da vida democrática, remetendo para um exercício responsável dessa participação e enaltecendo aquele que é o espírito democrático e popular do 25 de Abril”, conclui a nota de imprensa da autarquia.

Numa extensão de 750 metros

Matas do Louriçal vai ter passeios pedonais

A localidade de Matas do Louriçal vai ter, ao longo de cerca de 750 metros, da EN237, passeios pedonais para garantir maior segurança entre os peões e a circulação rodoviária.

A empreitada, no valor de cerca de 140 mil euros, foi adjudicada na última reunião da Câmara de Pombal, com o executivo a atribuir,

ainda, um apoio de cerca de dez mil euros à Junta de Freguesia do Louriçal para financiar a execução do respectivo projecto. A intervenção irá contemplar, também, o reforço da sinalização vertical e horizontal, naquela zona desde a sede da colectividade local até ao limite do aglomerado populacional, em direcção ao Louriçal.

Programa ‘Jovem Autarca’

Município quer aproximar os jovens ao Poder Local

“Sensibilizar os jovens para os deveres cívicos, motivando-os para o exercício de uma cidadania activa e responsável” e promover “uma proximidade entre os jovens e o Poder Local, estimulando-os sobretudo a intervir nas áreas relacionadas com a juventude”, são alguns dos objectivos do programa “Jovem Autarca” aprovado pela Câmara de Pombal.

A iniciativa destina-se a jovens entre os 12 e os 17 anos que frequentem es-

tabelecimentos escolares no concelho, que “serão convidados a participar neste projecto educativo e de promoção da democracia”, considera a autarquia, adiantando que, para o efeito, o programa será divulgado pelas diversas escolas.

Para se candidatarem, os jovens interessados deverão elaborar, entre outros documentos, um manifesto eleitoral, um programa de acção e uma lista de subscritores apoiantes. Seguir-se-á um período de

campanha eleitoral, com apoio técnico do município na elaboração de materiais e que incluirá um debate entre os candidatos e, posteriormente, a eleição pelos alunos do universo eleitoral.

Para além do “Jovem Presidente”, serão eleitos também os “Jovens Vereadores” (o segundo e terceiro candidatos mais votados). Os restantes candidatos integrarão a “Assembleia de Jovens Autarcas”.

O executivo “Jovens Autarcas”, com mandato de

um ano e cujo presidente se fará representar em eventos oficiais, irá gerir uma verba orçamental atribuída ao programa, no âmbito das competências municipais. Terá de reunir mensalmente, enviando as respectivas actas à Câmara Municipal.

A iniciativa surge depois de a Junta de Freguesia de Meirinhas ter lançado o programa “Jovem Presidente de Junta”, tendo Laura Silva Mota tomado posse do cargo no início do passado mês de Janeiro.



António Poiares & Leandro Siopa

961 301 888

**JÁ FEZ O SEU CADASTRO PREDIAL?
PERGUNTE-NOS COMO?**

- Avaliações Propriedades Rústicas e Urbanas
- Levantamentos Topográficos / Mediações
- Colocação e Localização de Marcos
- Avaliação de Património Hereditário

• Registada na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) como Peritos Avaliadores de Imóveis sob o nº PAI/2015/307

www.facebook.com/apls.avaliacoestopografia
apls.avaliacoes.topografia@gmail.com

MUNICÍPIO DE POMBAL



REABILITAÇÃO URBANA



INSTRUMENTOS PARA A REABILITAÇÃO URBANA

- **Área Reabilitação Urbana (ARU)**

Zona Central da cidade de Pombal

Seixo - Emporão

Abiul

Albergaria dos Doze

Guia

Louriçal

Poios (integrada na Rede de Aldeias de Calcário)

Redinha

- **Operação Reabilitação Urbana (ORU)**

Zona Central da cidade de Pombal



MENSAGEM DO PRESIDENTE



Num contexto demográfico, social e económico em profunda mudança, a construção de territórios mais amigáveis e inclusivos, suscetíveis de atrair população, promover emprego, proporcionar uma elevada oferta cultural, desportiva e económica, bem como proporcionar um envelhecimento saudável e ativo, é, sem dúvida, um dos principais desígnios das políticas públicas.

Um dos pilares estratégicos dessas políticas assenta na **requalificação e refuncionalização dos centros urbanos**, alicerçada na promoção e dinamização cultural e desportiva, no estabelecimento de políticas de apoio aos jovens e 3.ª idade e na diminuição de assimetrias sociais, bem como na potenciação dos jovens como motor de cidadania ativa e dos idosos como fonte de conhecimento.

É necessário criar condições para trabalhar, viver e disfrutar o espaço, fomentar a mobilidade sustentável, promover estímulos de mudança, potenciar Pombal como um **concelho atrativo** e inclusivo, com dinamismo económico, valorizando os recursos e património existentes.

Neste âmbito, o Município tem vindo a desenvolver diversos instrumentos que visam precisamente alavancar a concretização de tais desígnios, de entre os quais se destaca o **Plano de Desenvolvimento Urbano (PEDU)** da cidade de Pombal e a delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) para os principais centros urbanos, com principal ênfase para os centros históricos.

A **preservação e valorização do espaço público**, entendido como espaço comum, é uma missão que diz inevitavelmente respeito às entidades públicas, em particular às autarquias, mas da qual não se podem também alhear os privados. Neste contexto, o papel do Município passa não só por intervir no edificado e nos equipamentos da sua responsabilidade direta, mas também por criar condições e estimular os privados para a beneficiação dos seus edifícios.

Na esfera da responsabilidade de intervenção direta do Município, o PEDU contempla um conjunto de intervenções, no valor global de **10.883.908,56€**, que visam promover a **mobilidade urbana sustentável**, melhorar a **fruição do espaço público**, **reabilitar o tecido edificado** e tornar a cidade mais amiga das pessoas.

Com uma comparticipação por fundos comunitários de 5.761.695,70€ (53%), as intervenções visam dar uma nova imagem à cidade, torná-la mais atrativa, mas principalmente prepará-la para uma fruição mais agradável e sustentável para os próximos 20 anos.

Queremos uma cidade que potencie e promova a **adoção de estilos de vida saudáveis**, criando uma rede pedonal e ciclável de excelência no centro urbano da cidade, implementando um sistema de bicicletas de uso partilhado (bikesharing) e promovendo um conjunto de requalificações em diversos espaços públicos, eliminando barreiras arquitetónicas e propiciando a prática desportiva informal.

A **mobilidade** é um dos maiores desafios dos nossos dias, pelos impactos na saúde, pelas implicações no acesso aos vários espaços e serviços, mas também pelo impacto ecológico que as nossas opções terão. Além das medidas atrás referidas, com impacto na promoção da mobilidade suave, o Plano prevê também a **extensão e otimização da rede de transporte público urbano (Pombus)**, bem como a criação de **bolsas de estacionamento periférico**, que visam privilegiar a opção pelo transporte coletivo em detrimento do transporte individual.

Ainda no domínio da promoção da mobilidade e acessibilidade, está em curso um projeto que visa a requalificação da **Zona de Interface de Transportes**, o qual contemplará a remodelação da Central de Camionagem, bem como a sua interligação (pedonal e ciclável) superior à estação ferroviária e ao Jardim do Cardal. O projeto contempla, ainda, a reorganização e requalificação da área envolvente à Central de Camionagem, incluindo o parque de estacionamento existente, de modo a transformar esta área num verdadeiro interface de transportes, devidamente articulado entre si.

Para permitir esta solução o Município adquiriu instalações na Zona Industrial da Formiga para se criar um **novo e moderno Centro de Formação para a CERCIPOM**.

A cidade é um espaço das pessoas e pretende-se que seja um ecossistema dinâmico, em que pessoas possam conviver entre si. Para o efeito, promover-se-á a requalificação e refuncionalização de alguns dos principais espaços públicos da cidade, que se pretendem de convívio e livre fruição, como o caso do Jardim das Laranjeiras, da Várzea e do Jardim do Cardal. A requalificação do espaço público envolvente ao à Igreja do Carmo procurará, também, proporcionar uma melhor acessibilidade aos vários serviços e equipamentos instalados no centro histórico, fomentando a sua fruição.

O Rio Arunca é um dos fatores distintivos da nossa cidade, reunindo o corredor ribeirinho as condições ideais para ser a zona de excelência do convívio em família. Requalificámos a frente ribeirinha na Zona Desportiva e requalificaremos também o **corredor ribeirinho na margem esquerda do Rio Arunca** (na zona das antigas oficinas do Município de Pombal).

Também o tecido edificado nos merece particular atenção. Neste domínio, promovemos já a requalificação da Casa Agorreta, onde se encontra atualmente instalada a **Loja de Cidadão**, estando em curso a **reabilitação da Casa Varela**.

Com a finalidade de promover e incentivar a reabilitação do edificado por parte dos particulares e de outros organismos públicos ou privados, o PEDU contempla ainda o **Instrumento Financeiro Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020)** que possibilita o acesso a linhas de financiamento com melhores condições do que as que a banca comercial oferece.

A par das intervenções preconizadas no PEDU, o Município está a promover o **Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Casarelo** que pondera os equipamentos e funções a instalar, quer nos seis hectares de terrenos adquiridos pelo Município, quer nas zonas de privados, quer na **Mata da Rola** (que o Município tem vindo a adquirir, sendo atualmente proprietário de mais de 65% do espaço).

No Casarelo pretendemos criar uma zona da cidade aberta à natureza, ligando em **ciclovias** a **Mata do Castelo à Mata da Rola** e ao **Barco**, que melhore a mobilidade na cidade, possibilitando que, da rotunda do Marquês de Pombal (ao cimo da Avenida do Casarelo), se possa sair para o Barco e para a Estrada dos Videntes, que sejam criados novos espaços de edificação, novos equipamentos públicos, novas funções recreativas, organizando também a oferta de estacionamento.

Investimos e continuaremos a investir também nas acessibilidades à cidade.

Em parceria com a Infraestruturas de Portugal (IP), elaborámos o **projeto de requalificação do IC2 (entre Meirinhas e Pombal)**, integralmente elaborado pelo Município e pago pelas Infraestruturas de Portugal (IP); existindo o compromisso de execução por parte da IP, entidade responsável pela gestão e manutenção da via. Processo similar já se iniciou para o **troço entre Pombal e Redinha**, estando o Município a aguardar proposta de protocolo com a IP, para financiamento do projeto.

Requalificámos a **antiga Estrada Nacional 237**, conferindo-lhe um perfil urbano e criando um novo acesso direto à Avenida Heróis do Ultramar, permitindo também a articulação com a rede ciclável delineada para o centro da cidade.

A construção da **rotunda do Alto do Cabaço**, onde confluem as duas vias já referidas, permitiu resolver um dos principais e mais antigos focos de maior conflito rodoviário na cidade.

Requalificámos a **Rua Albergaria dos Doze**, melhorando a segurança rodoviária e protegendo, em particular, a circulação pedonal.

Com o mesmo objetivo, estamos também a requalificar a **Estrada Nacional 1-6** e na zona de Flandes, onde também existe algum fluxo pedonal, cuja segurança importa salvaguardar com a criação de passeios cicláveis que permitirão ligar a **ciclovía do Açude** às **urbanizações de Flandes** e ao **futuro Parque Verde da Cidade**.

Já depois da reestruturação da **Rua Amadeu Cunha Mora (Santo Amaro)** e do seu entroncamento com a Rua da Encosta do Castelo, estamos a proceder à asfaltagem da via que liga os **Vicentes a Pombal**, melhorando as condições de segurança e de acesso à Cidade.

Estamos a desenvolver o projeto de **requalificação viária da Zona Industrial da Formiga**, bem como uma **ligação direta desta ao IC2** (na zona da antiga feira), de modo a reduzir o tráfego de veículos de mercadorias na zona urbana de Pombal e a promover um acesso mais direto e franco àquela zona industrial.

O acesso à Cidade, pelo **Viaduto Eng.º Guilherme Santos**, também será alvo da nossa atenção e da requalificação, entre rotundas, dos circuitos pedonais e rodoviários.

Para além do PEDU e das intervenções já mencionadas, destacamos também as ARU já aprovadas, no âmbito da implementação de políticas de promoção da reabilitação urbana, com o intuito de criar incentivos à regeneração e conservação de edifícios privados e à valorização e qualificação do espaço público, bem como à revitalização dos principais centros históricos do concelho, dotando a autarquia com um instrumento que permita assegurar, no quadro do atual Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, a promoção das medidas necessárias à respetiva reabilitação.

Foi assim aprovada a delimitação de **oito ARU**: na Zona Central da **Cidade de Pombal**, na **Redinha**, em **Abiul**, na **Vila do Lourçal**, em **Albergaria dos Doze**, na Zona Central da **Vila da Guia**, no **Seixo e Emporão** (cidade de Pombal) e nos **Poios** (freguesia da Redinha).

Estas medidas surgem na sequência de importantes **intervenções de qualificação urbana**, promovidas pelo Município ao longo dos últimos 5 anos em que se ultrapassou **2.860.000€** de investimento (Requalificação dos centros de **Abiul 499.216,75€**; de **Albergaria dos Doze 826.873,10€**; da **Redinha 621.720,34€** e **Requalificação da E.N.109-Guia 913.073,29€**)

As ARU visam a concessão de um **conjunto de benefícios** aos proprietários que procedam à reabilitação de edifícios degradados, passando por benefícios fiscais, isenção ou redução de taxas municipais, simplificação e redução de custos de licenciamento, comunicação prévia e autorização de utilização e atendimento prioritário das respetivas operações urbanísticas.

Este é um esforço que não é só financeiro, mas também técnico e que passa por um empenho adicional dos técnicos do Município para, num espírito de verdadeira parceria e cooperação, ajudar os proprietários a concretizar a reabilitação dos seus imóveis.

A este conjunto de incentivos e benefícios, junta-se o agravamento em sede de IMI para aqueles proprietários que optem por manter o estado de abandono e desocupação do edificado.

Este é um desafio partilhado entre o Município e todos os proprietários. É um desafio para que em conjunto, dignifiquemos as zonas que, estando mais envelhecidas, são também as que apresentam maior potencial turístico e de desenvolvimento, num esforço conjunto para a sua reabilitação.

Aos impactos na vertente urbanística, este desafio trará impactos na procura destes espaços pela comunidade para neles se instalarem ou para instalarem os seus negócios.

As Áreas de Reabilitação Urbana são um importante instrumento na revitalização das comunidades, permitindo aos privados um conjunto de benefícios (fiscais e outros) que convidam à beneficiação do seu património e exigem às entidades públicas um maior acompanhamento e presença.

Queremos melhorar a mobilidade dentro dos centros urbanos, mas também entre eles, para valorizar aquilo que cada freguesia tem para oferecer, mas também o valor acrescido que representam em conjunto.

Com a concretização da Reabilitação Urbana potenciaremos a fruição do espaço público, seja pelo conforto, pela estética ou pela criação de novos equipamentos que valorizarão cada um dos centros urbanos.

Este conjunto de Planos, de Áreas e de medidas que estamos a desenvolver no Município de Pombal potenciam o desenvolvimento de uma comunidade que usufrui de uma mobilidade de baixo carbono, que encontrará no espaço público local a ocasião para uma fruição recreativa e desportiva, aumentando a sua ligação com o Rio, com o Castelo e com a Mata da Rola, que acede à cidade com rapidez e segurança, que tem novas vias de acesso à ZI Formiga e que vive em espaços reabilitados, inovadores e integradores.

Com este suplemento apresentamos a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Zona Central da Cidade de Pombal que também estamos a concretizar com as intervenções inscritas no Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Pombal.

Este caderno tenta explicar com detalhe o que são as Áreas de Reabilitação Urbana, os seus objetivos, os seus benefícios e incentivos para os proprietários.

Creio que este é um importante documento para que os cidadãos possam conhecer e acompanhar as ações que estamos a desenvolver e juntos continuemos a criar um concelho em que nos orgulhemos de viver.

Um abraço amigo,

Diogo Mateus

Presidente da Câmara Municipal de Pombal
presidente@cm-pombal.pt

ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

Modernizar o património urbanístico e imobiliário, com obras de remodelação que conservem ou beneficiem infraestruturas, equipamentos e espaços urbanos ou verdes para uma utilização coletiva, são alguns dos objectivos da reabilitação urbana.

É o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana que estabelece os objetivos e procedimentos de programação e execução da reabilitação urbana, atribuindo aos proprietários dos edifícios ou fracções o dever de assegurar a reabilitação dos mesmos e aos municípios a responsabilidade de promoção da reabilitação urbana, através da delimitação de áreas de reabilitação urbana e da aprovação das respectivas operações de reabilitação urbana.

Segundo o mesmo Regime Jurídico, as áreas de reabilitação urbana incidem sobre espaços urbanos que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, justifiquem uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana.

Assim definidas, as áreas de reabilitação urbana podem abranger diferentes tipologias de espaços urbanos, designadamente, áreas e centros históricos, património cultural imóvel classificado ou em vias de classificação, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas.

Dando prossecução à sua estratégia municipal de desenvolvimento urbano, o Município de Pombal começou por delimitar a Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Zona Central da Cidade de Pombal, a que se seguiu a aprovação do respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, o qual consubstancia a programação da operação de reabilitação urbana sistemática da referida área de reabilitação urbana.

Desde então, foram aprovadas mais sete áreas de reabilitação urbana: a ARU da Redinha, a ARU de Abiúl, a ARU da Vila do Lourical, a ARU de Albergaria dos Doze, a ARU da Zona Central da Guia, a ARU do Seixo e do Emporão (cidade de Pombal) e a ARU de Poios (freguesia de Redinha).



CONCEITOS

REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS

Forma de intervenção destinada a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva, a um ou a vários edifícios, às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às fracções eventualmente integradas nesse edifício, ou a conceder-lhes novas aptidões funcionais, determinadas em função das opções de reabilitação urbana prosseguidas. Tem como objetivo permitir novos usos, ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, podendo compreender uma ou mais operações urbanísticas (alínea i), artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto).

REABILITAÇÃO URBANA

Forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios (alínea j), artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto).

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA

Área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana (alínea b), artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto).

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O estado do edifício é determinado através da determinação do nível de conservação do imóvel, de acordo com o disposto no artigo 5.º do decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro.

Ao delimitar uma Área de Reabilitação Urbana (ARU), o Município de Pombal pretende promover um conjunto de intervenções e investimentos que assegurem a salvaguarda do património edificado e a qualificação dos espaços urbanos, com o intuito de criar uma dinâmica de motivação geradora de iniciativa e confluência de interesses na melhoria e modernização do parque habitacional, na renovação e fixação do comércio e das funções centrais, enfim, no contributo para a permanência e instalação de residentes e atividades económicas, dinamizadoras da área central das localidades.

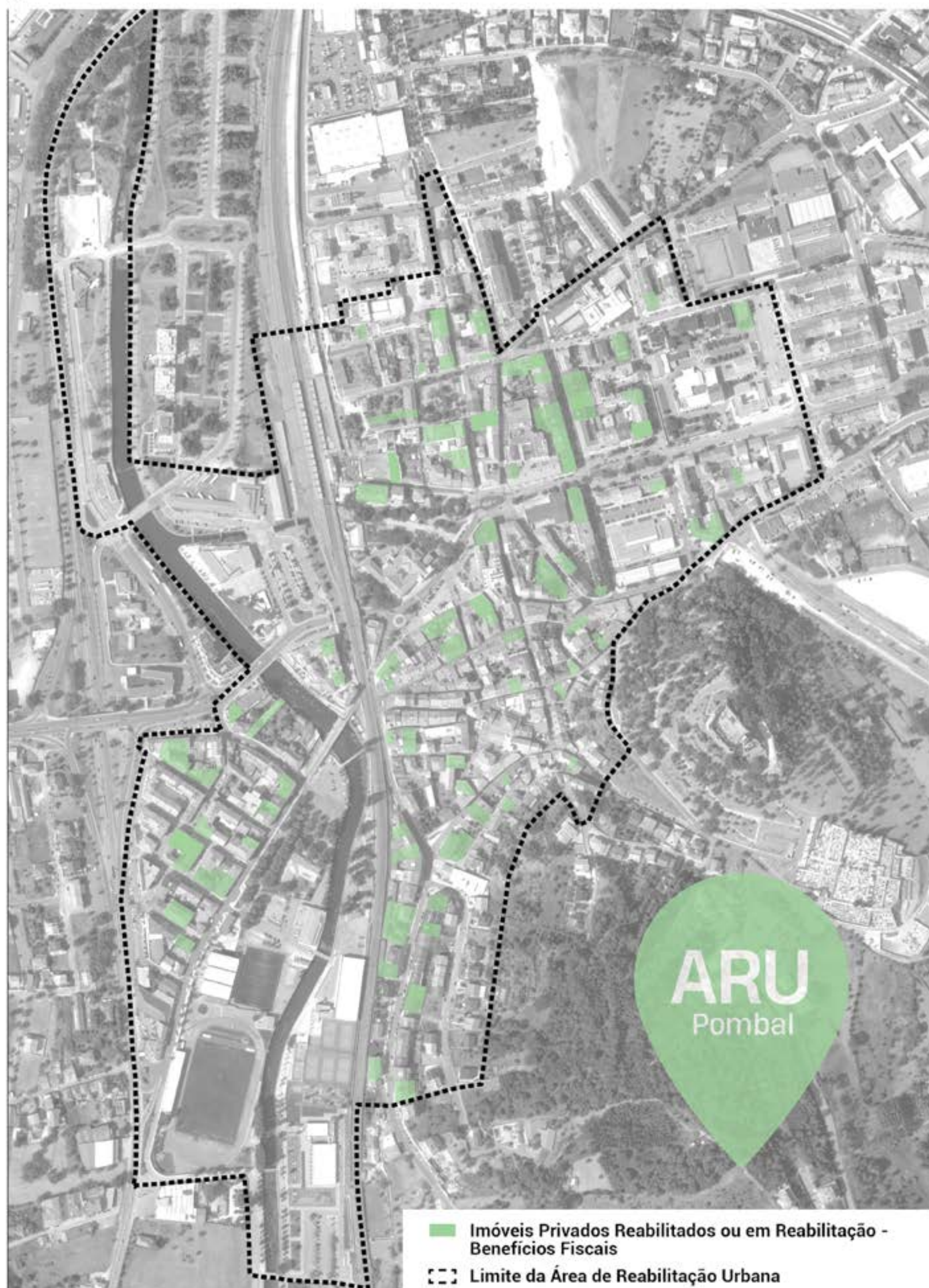
Compete assim, ao Município, ter um papel mais ativo e dinamizador e, ao mesmo tempo, criar condições favoráveis à reabilitação urbana potenciando os seguintes objetivos:

- a) Reabilitar os edifícios que se encontrem degradados ou funcionalmente inadequados.
- b) Reabilitar tecidos urbanos degradados ou em degradação, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas.
- c) Melhorar as condições de habitabilidade e funcionamento do parque imobiliário urbano e do espaço urbano não edificado.
- d) Proteger o património cultural e promover a sua valorização.
- e) Intervencionar os edifícios dissonantes segundo as regras para a sua reabilitação, nomeadamente paleta de cores, materiais, cérceas, entre outros.
- f) Definir regras e ações relativas ao enquadramento e condicionamento da colocação nas fachadas de contadores, publicidade, toldos, palas, entre outros.
- g) Modernizar as infraestruturas urbanas.
- h) Qualificar e integrar as áreas urbanas especialmente vulneráveis, promovendo a inclusão social e a coesão territorial.
- i) Assegurar a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas.
- j) Fomentar a adoção de critérios de eficiência energética tanto em edifícios públicos como em edifícios privados.
- k) Garantir que todas as intervenções assentam num modelo financeiramente sustentado.

Assim, a opção estratégica passa pela realização de futuras operações de reabilitação urbana, tendo como entidade gestora o próprio Município, que assumirá a coordenação e gestão, fazendo uso das seguintes medidas de atuação:

- Apoio à reabilitação através de benefícios fiscais, isenção ou redução de taxas municipais, aquando de uma 'ação de reabilitação urbana';
- Assumir-se como parceiro ativo e dinamizador dos processos de controlo prévio, com redução dos custos e simplificação dos procedimentos de licenciamento, comunicação prévia e autorização de utilização.
- Assegurar um atendimento prioritário às respetivas operações urbanísticas, estabelecendo uma relação de proximidade com todos os interessados e assegurando a monitorização dos respetivos processos, não só na fase de instrução e implementação, mas também a posteriori, durante a vigência da operação de reabilitação.

Oportunamente, serão agendadas sessões de esclarecimento nas freguesias abrangidas por áreas de reabilitação urbana





ZONA CENTRAL DA CIDADE DE POMBAL

A Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Zona Central da Cidade de Pombal foi elaborada com o intuito de promover uma intervenção integrada de regeneração urbana na parte consolidada, que incide sobre o centro da cidade. Esta reabilitação urbana consiste, em grande parte, na reabilitação do edificado, público ou privado, sendo essencial incrementar uma estratégia municipal que monitorize e adapte os instrumentos estratégicos, constituídos pela ARU, à realidade e dinâmica do território. Concluídas as obras de requalificação do espaço público no centro da cidade, desenvolvidas no âmbito das parcerias para a regeneração urbana, e estando a Câmara Municipal empenhada na implementação de políticas de promoção da reabilitação urbana, nomeadamente através da criação de incentivos à regeneração e conservação de edifícios privados e da valorização e qualificação do espaço público, bem como na revitalização do centro histórico da cidade, importou dotar a autarquia de um instrumento que permita assegurar, no quadro do atual Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, a promoção das medidas necessárias à sua respetiva reabilitação.

Neste contexto, foi proposta a delimitação de uma ARU para a Zona Central da Cidade de Pombal, inicialmente com uma área de 34,90 hectares e posteriormente alargada para 54,30 hectares, abrangendo quer as zonas urbanas mais antigas que estiveram na génese da urbe, nomeadamente o Centro Histórico, recentemente objeto de obras de regeneração urbana do espaço público, a Várzea e o Bairro Agorreta, quer as primeiras expansões, nomeadamente ao longo da Rua Albergaria

dos Doze, a área envolvente à parte inicial da Avenida Heróis do Ultramar e zona desportiva nas margens do rio Arunca.

Naturalmente que na área proposta para Reabilitação Urbana será sempre possível identificar um ou outro edifício mais recente, não sendo, contudo, razoável excluir edificações isoladas, já que a área delimitada assenta na evolução urbana da cidade, assim como nos instrumentos de gestão territorial em vigor.

Sobre este último aspeto, refira-se a recente 1ª revisão do PDM-Pombal, que qualifica esta área como espaço central, definindo-a como "áreas do território com tecido urbano consolidado e em consolidação, com funções de centralidade e polarização decorrentes da concentração de actividades comerciais e de serviços, em que a definição da malha urbana e do espaço público se encontram estabilizadas."

Complementarmente, importa dar continuidade às iniciativas municipais de promoção da melhoria da qualidade do ambiente urbano, delineando uma estratégia integrada de reabilitação capaz de potenciar sinergias e complementaridades entre público e privado, fomentando a reabilitação do tecido urbano em processo de degradação e a sua respetiva revitalização, afirmar os valores patrimoniais existentes, promover a melhoria geral da mobilidade e da acessibilidade, através da qualificação do espaço público, equipamentos e espaços verdes e de utilização coletiva.

A delimitação da ARU proposta integra um conjunto edificado que carece ser intervencionado, para que a identidade da cidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de

uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade.

Portanto, a delimitação da ARU da cidade de Pombal baseia-se fundamentalmente em razões urbanísticas, nomeadamente: edifícios devolutos, coerência morfológica, áreas carentes de intervenção, requalificação das infraestruturas e revitalização do espaço público.

Ambiciona-se, assim, uma revitalização de todo o conjunto edificado, não desprezando as infraestruturas, os espaços públicos e os equipamentos de utilização coletiva que possam necessitar de intervenção.

Neste sentido, o objetivo primordial consiste em reabilitar o edificado degradado nas zonas do centro histórico, Bairro Agorreta, Várzea, parte inicial da Avenida Heróis do Ultramar (principal artéria estruturante da expansão do aglomerado) e Rua de Albergaria do Doze, complementando as intervenções já realizadas ao nível do espaço público nalgumas áreas, fruto do programa "Parcerias para a Regeneração Urbana".

A intervenção proposta nesta ARU será potenciadora de um melhoramento, tanto a nível social como territorial, e irá potenciar a capacidade de inovação e de investimento. A reabilitação do edificado deve sempre ser feita dando primazia à qualidade arquitetónica, criando exemplos de perfeito enquadramento volumétrico e de materiais, respeitando a envolvente.

Deve-se ainda ter em conta critérios de sustentabilidade, de comportamento energético dos edifícios e de modernização infra-estrutural e tipológica do imóvel, sempre que for possível e pertinente.

A ARU DA ZONA CENTRAL DA CIDADE DE POMBAL É DELIMITADA:

- Pela génese e núcleo antigo da cidade de Pombal, que compreende o maior edificado degradado;
- Pela 1ª Revisão do PDM abrangendo a quase totalidade do espaço central, integrando também o Centro Histórico;
- A norte, pelo Plano de Pormenor da Várzea e pela Escola Primária;
- A ponte, pelo IC2 com a inclusão do Bairro Agorreta;
- A sul, pela área de intervenção das parcerias urbanas e pela zona desportiva ribeirinha;
- A nascente, pela primeira fase da Avenida Heróis do Ultramar até aos equipamentos coletivos existentes, nomeadamente Hospital e Escola Conde Castelo Melhor.

ARU / ORU

Pombal

em números

IVA 6%
111 IMÓVEIS

beneficiados com redução
do IVA à taxa de 6%

IMT
34.444,31 €

de isenção de IMT na
aquisição de imóveis



**TAXAS
MUNICIPAIS**
24.184,98 €

de redução do valor das
Taxas Municipais

IMI
11.047,37 €

2016
1.045,25€

de redução do valor
do IMI

2019
4.183,91€

2017
2.340,24€

2018
3.477,97€

ORU | OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA ZONA CENTRAL DA CIDADE DE POMBAL

SÍNTESE

• OBJETO

Operação de Reabilitação Urbana respeitante à área de reabilitação urbana (ARU) da Zona Central da Cidade de Pombal.

• ÁREA TERRITORIAL

54,30 Hectares

• TIPO DE ORU

Sistemática através de instrumento próprio

• ENTIDADE GESTORA DA ORU

Câmara Municipal de Pombal

• PRAZO DE EXECUÇÃO

Dez anos

OBJETIVOS / AÇÕES

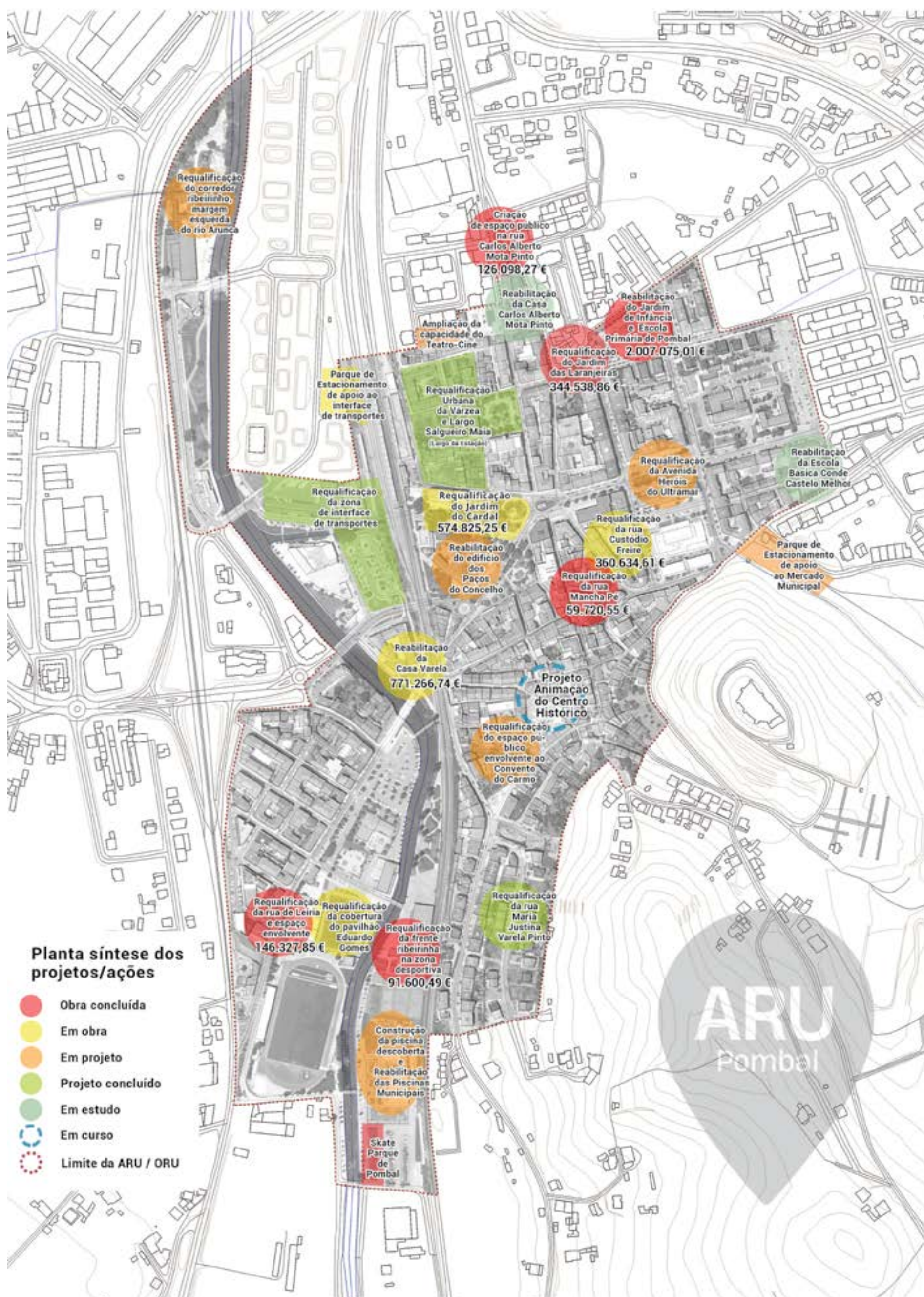
• **REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO**, combatendo o elevado número de edifícios degradados, fomentando o alojamento e o arrendamento;

• **VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIDADE**, enquanto elemento fulcral de urbanidade e de ambiente urbano de qualidade;

• **DINAMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E POTENCIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**, procurando manter e valorizar as funções instaladas, assim como, introduzir novas funções que assegurem uma maior e mais diversificada oferta e que aumentem a capacidade para atração de pessoas, bens e investimentos;

• **PROMOÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO**, através da implementação de uma estratégia de marketing, valorizando o potencial patrimonial, cultural e lúdico do centro histórico;

• **REVITALIZAÇÃO DO TECIDO ECONÓMICO**, estimulando o “comércio de rua”, as atividades económicas e o empreendedorismo jovem.





Centro Escolar Pombal



Rua Mancha Pé



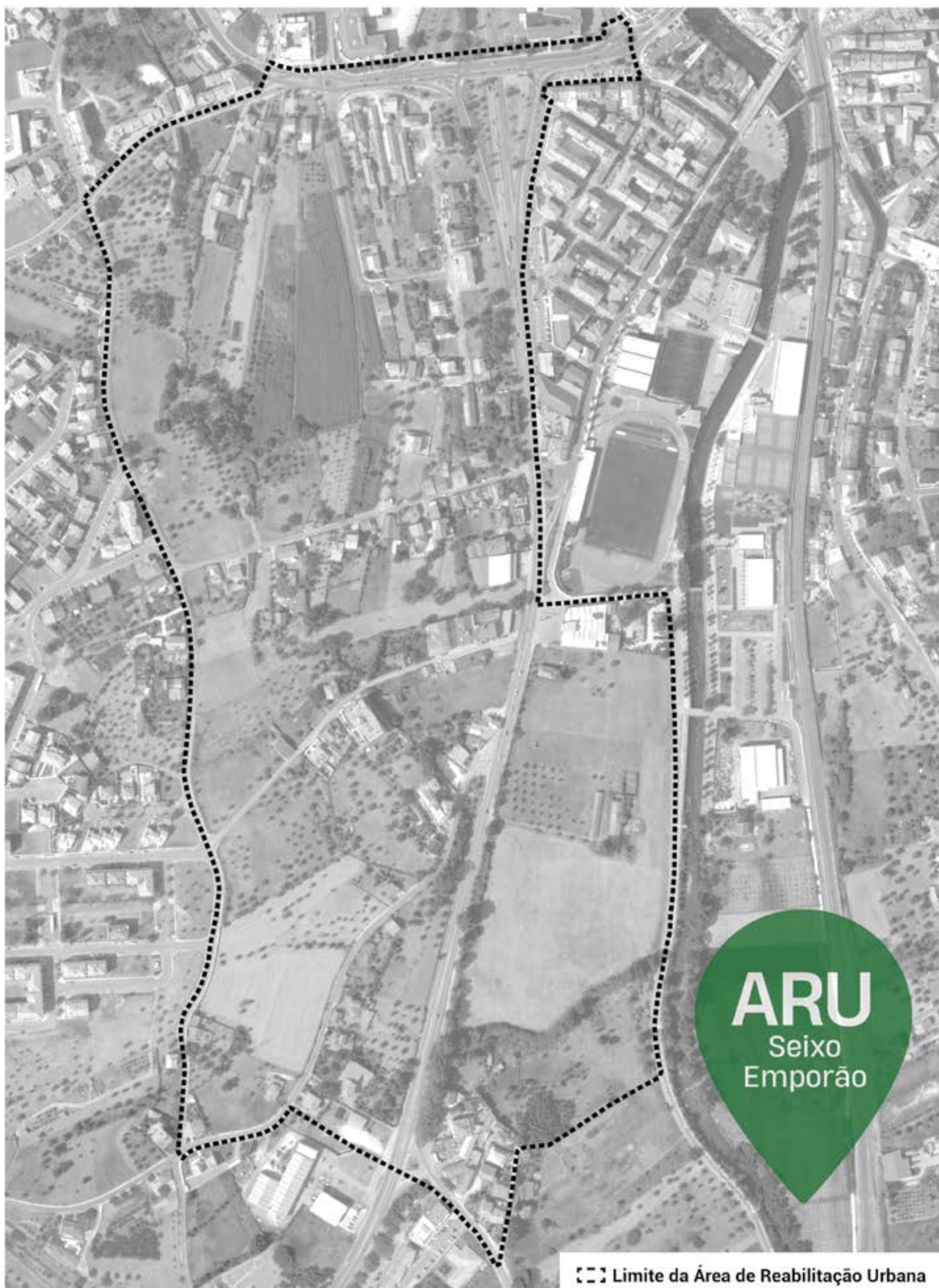
Rua Prof. Carlos Alberto Mota Pinto (junto aos Bombeiros)



Jardim das Laranjeiras



Jardim do Cardal



--- Limite da Área de Reabilitação Urbana

SEIXO – EMPORÃO

Depois de em 2014 ter delimitado a Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Zona Central da Cidade de Pombal, que se revelou um instrumento fulcral na dinamização e revitalização, entendeu a Câmara Municipal dar continuidade ao processo, promovendo a implementação das políticas municipais ao nível da reabilitação urbana a outras zonas da cidade, atualmente debilitadas e estagnadas.

Foi, por isso, delimitada a ARU das zonas do Seixo e Emporão que, apesar das suas localizações privilegiadas no seio da cidade, se encontram desconectadas desta, apresentando um estado de degradação e abandono, necessitando urgentemente de medidas de intervenção urbana no espaço público e no edificado.

É com base nesses objetivos que a Câmara Municipal pretende realizar obras de regeneração urbana naquelas áreas da cidade, assumindo-se como alavanca para incentivar os particulares a reabilitar as edificações confinantes, revitalizando aquela zona Sudoeste da cidade.

É nesse contexto que a ARU para a zona do Seixo – Emporão apresenta uma área de 43,7 hectares, sendo caracterizada pela presença de um tecido edificado que, na sua maioria, já foi erguido há mais de 30 anos. No entanto, será sempre possível identificar edificado mais recente, não sendo, contudo, razoável excluir edificações isoladas, já que a área delimitada assenta na evolução urbana do aglomerado, bem como nos instrumentos de gestão territorial em vigor.

A autarquia pretende, igualmente, promover uma rede de espaços verdes públicos potenciadores da qualificação do espaço urbano, a mitigação do efeito barreira da linha do caminho-de-ferro do Norte e do Itinerário Complementar 2 (IC2/ EN1) e o fortalecimento da vivência e apropriação urbana.

Complementarmente, importa, uma vez mais, dar continuidade às iniciativas municipais de promoção da melhoria da qualidade do ambiente urbano, delineando uma estratégia integrada de reabilitação capaz de potenciar sinergias e complementaridades entre público e privado, fomentando a reabilitação do tecido urbano em processo de degradação e a sua respetiva revitalização, afirmar os valores patrimoniais existentes, promover a melhoria geral da mobilidade e da acessibilidade, através da qualificação do espaço público, equipamentos e espaços verdes e de utilização coletiva.

No âmbito da ARU, a intervenção será potenciadora de um melhoramento, tanto a nível social como territorial, e irá potenciar a capacidade de inovação e de investimento. A reabilitação do edificado deve sempre ser feita dando primazia à qualidade arquitetónica, criando exemplos de perfeito enquadramento volumétrico e de materiais, respeitando a envolvente.

Deve-se ainda ter em conta critérios de sustentabilidade, de comportamento energético dos edifícios e de modernização infra-estrutural e tipológica do imóvel, sempre que for possível e pertinente.



DELIMITAÇÃO DA ARU DO SEIXO – EMPORÃO:

- Pelos bairros existentes, que compreendem a maior parte do edificado degradado;
- A Norte, pelo Viaduto Eng. Guilherme Santos;
- A Poente, pela Rua Quinta dos Pereiras;
- A Sul, pela Rua do Choupal e cruzamento de Flandes;
- A Nascente, pela ARU/ ORU da Zona Central da Cidade de Pombal, pelo Bairro Agorreta e rio Arunca.

Benefícios e Incentivos

Para Imóveis localizados nas ARU

Associado às obras de reabilitação do parque edificado e espaços públicos surge um quadro de benefícios e de incentivos, fiscais e financeiros, que o Município de Pombal concretizou com vista a promover as iniciativas de requalificação de imóveis, a reavivar o mercado de arrendamento, a potenciar o comércio local, e ainda a dinamizar as atividades culturais, trazendo de volta aos centros urbanos a habitabilidade sustentável.

Os benefícios e incentivos referidos anteriormente estão disponíveis em dois tipos de apoios - **Impostos Municipais e Benefícios Fiscais** - que são atribuídos consoante o nível de intervenção de reabilitação, não se aplicando a construções a edificar em lotes vazios.

TAXAS MUNICIPAIS

Redução de 50% do valor das taxas relativas à licença para obras de reabilitação de edifícios localizados nas áreas de reabilitação urbana.

Isenção de 100% Do valor das taxas relativas à ocupação de via pública durante o decorrer das obras de reabilitação de edifícios localizados nas áreas de reabilitação urbana.

Isenção de 100% Do valor das taxas relativas à ocupação da via pública em estabelecimentos comerciais a funcionar em edifícios reabilitados, por um período de 2 anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação.

• A ARU de POIOS, por integrar a Rede de Aldeias de Calcário, beneficia das seguintes **isenções excecionais**: valor das taxas relativas a pedidos de informação prévia e à apreciação de projetos; valor das taxas relativas à emissão de alvará de licença ou de admissão de comunicação prévia; valor das taxas relativas à emissão de autorização de utilização dos edifícios ou suas frações (incluindo as respetivas vistorias); valor das taxas devidas pela realização das visitas técnicas para determinação do estado de conservação dos edifícios ou suas frações autónomas.

IMI

Redução de 30% Para os prédios urbanos objeto de intervenções de reabilitação ao nível das fachadas, substituição de caixilharias de vãos de portas e/ou janelas, substituição integral do telhado e obras interiores, por um período de 5 anos a contar do ano, inclusive, da conclusão da intervenção de reabilitação (ao abrigo do n.º 6 do artigo 112.º do CIMI)

Redução de 10% Para os prédios urbanos objeto de intervenções de reabilitação ao nível da fachada, limpeza e/ou pintura da fachada, reparação parcial do telhado, por um período de 2 anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da intervenção de reabilitação (ao abrigo do n.º 6 do artigo 112.º do CIMI)

Redução de 20% Para os prédios arrendados após a intervenção de reabilitação (ao abrigo do n.º 7 do artigo 112.º do CIMI)

Agravamento 30% Para os prédios urbanos arrendados (ao abrigo do n.º 6 do artigo 112.º do CIMI)

Isenção por um período de 3 anos a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação (ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF)

IMT

Isenção sobre as transmissões onerosas de imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição (ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF)

Isenção sobre as transmissões onerosas de imóveis na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente (ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF)

São elegíveis às isenções anteriores os prédios urbanos ou frações autónomas localizados em áreas de reabilitação urbana desde que preencham cumulativamente as seguintes condições:

- Sejam objeto de intervenções de reabilitação de edifícios promovidas nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, ou do regime excecional do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril (Redação da Lei n.º 114/2017, de 29/12)

- Em consequência da intervenção prevista na alínea anterior, o respetivo estado de conservação esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído e tenha, no mínimo, um nível bom nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e sejam cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 194/2015, de 14 de setembro, sem prejuízo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril (Redação da Lei n.º 114/2017, de 29/12)

IRS

Dedução à coleta, até o limite de 500 euros, de 30% dos encargos suportados com a intervenção de reabilitação (ao abrigo do n.º 4 artigo 71.º do EBF)

As mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português decorrentes da primeira alienação, subsequente à intervenção, de imóvel localizado em área de reabilitação urbana, são tributadas à taxa autónoma de 5 %, sem prejuízo da opção pelo englobamento (ao abrigo do n.º 5 do artigo 71.º do EBF)

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5 %, sem prejuízo da opção pelo englobamento, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento (ao abrigo do n.º 7 do artigo 71.º do EBF)

São elegíveis a estes benefícios os prédios urbanos ou frações autónomas cujas intervenções de reabilitação cumpram as seguintes condições:

- Resultar um estado de conservação de, pelo menos, dois níveis acima do verificado antes do seu início (Redação da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro)

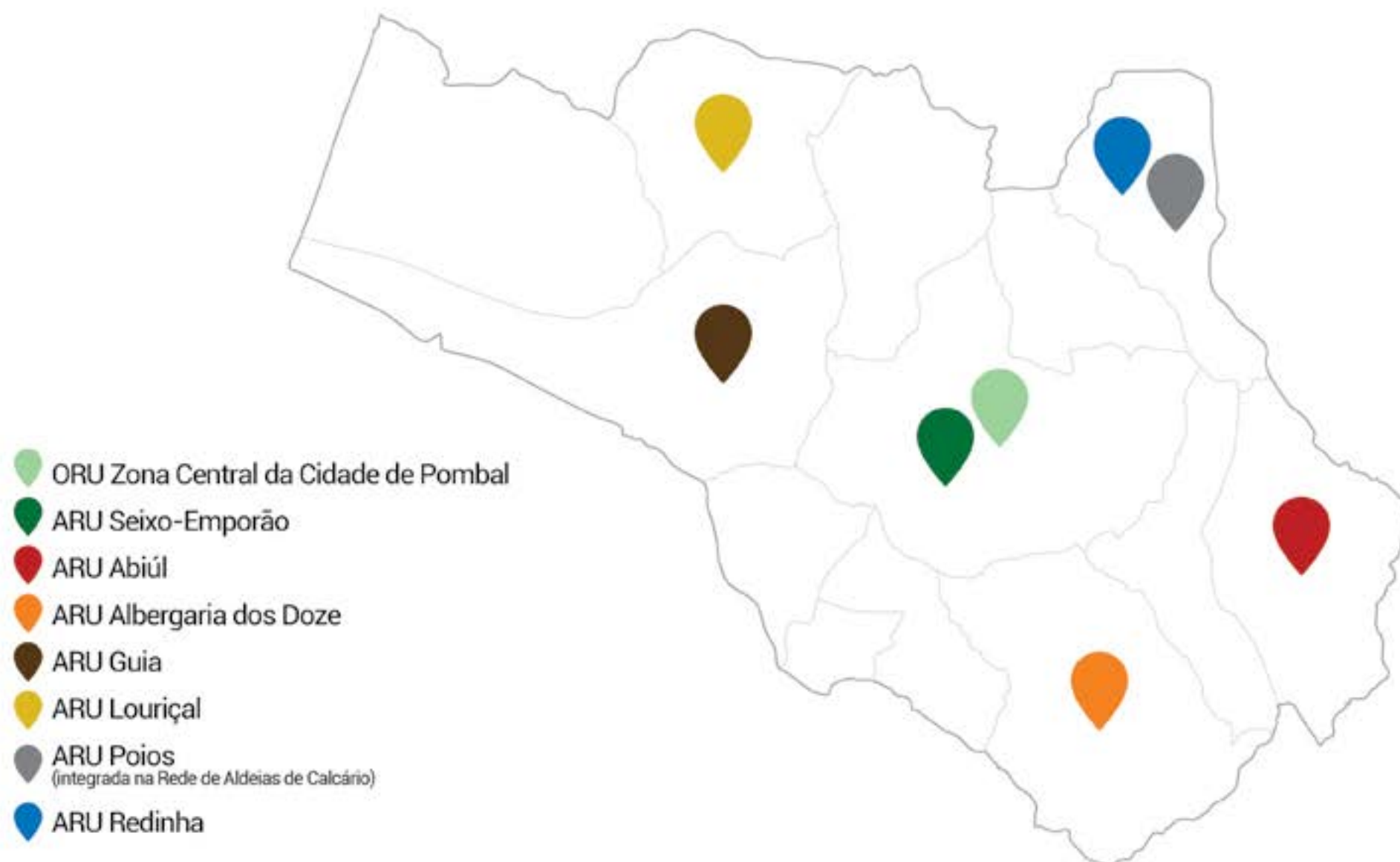
- Resultar um nível de conservação mínimo 'bom' (Redação da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro)

IVA

Taxa reduzida de 6% para obras de reabilitação urbana (ao abrigo do artigo 18.º do CIVA)

Promover e apoiar a

REABILITAÇÃO URBANA é estimular os projetos de revitalização e reabilitação dos centros consolidados, determinantes para a intervenção integrada de **regeneração urbana**.



CANDIDATURA

Podem aderir a estes benefícios e incentivos, particulares ou entidades públicas, proprietários ou arrendatários de prédios urbanos ou frações autónomas.

A apreciação das condições de adesão e conceção dos benefícios fiscais tem subjacentes duas visitas técnicas e classificações do estado de conservação do imóvel ou fração, conduzidas por técnicos designados pelo Município, antes e após as intervenções de reabilitação.

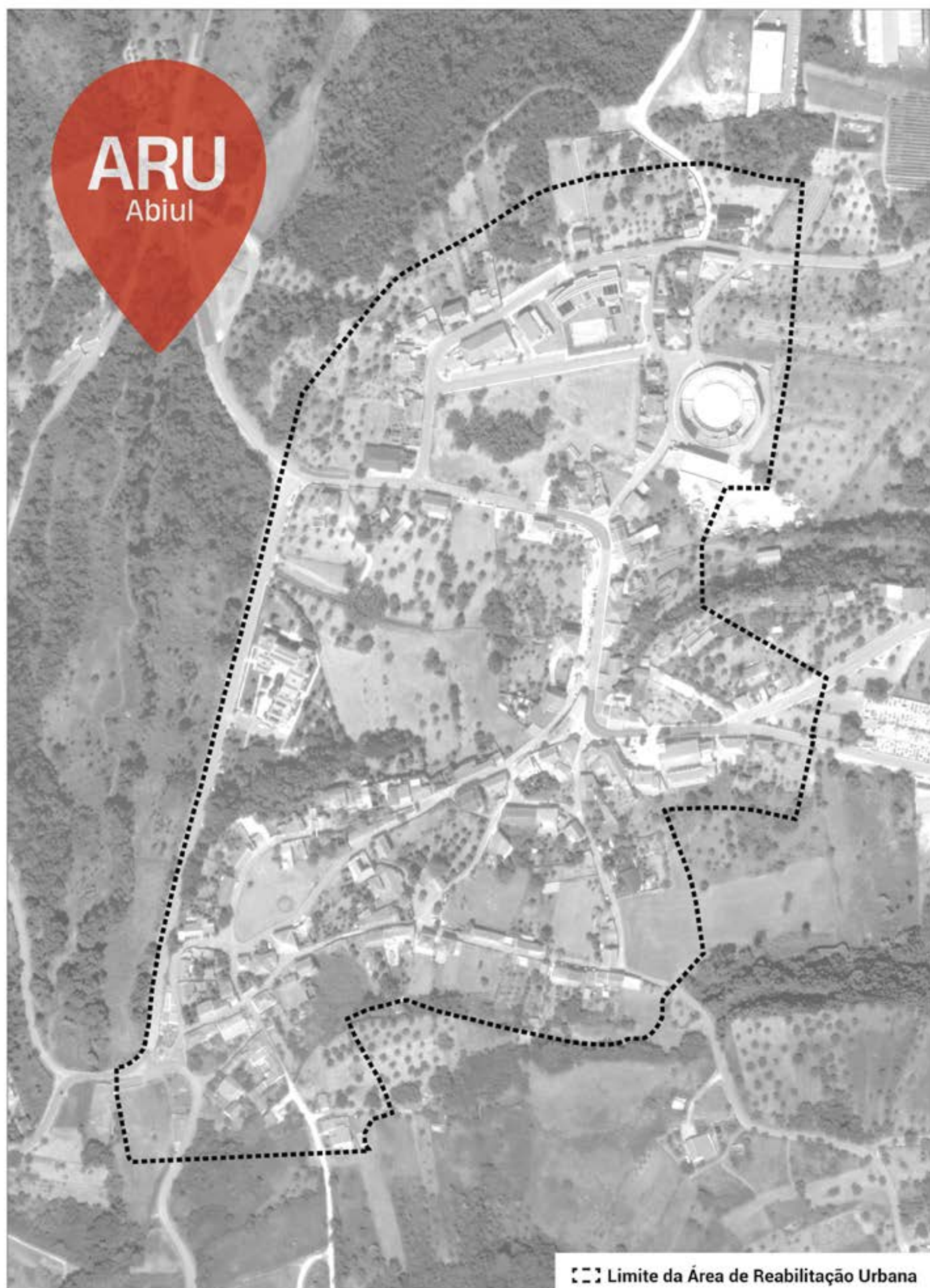
CANDIDATURA » BENEFÍCIOS E INCENTIVOS

- Submissão de Requerimento
- Pedido de Visita Técnica inicial
- Pedido de Licença / Comunicação prévia (se aplicável) ou Participação de obras isentas de controlo prévio
- Início, execução e conclusão da obra de reabilitação
- Pedido de Visita Técnica final
- Autorização de utilização (se aplicável)
- Atribuição dos Benefícios Fiscais

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

- Documento de identificação do requerente
- Caderneta Predial do imóvel
- Planta de localização
- Edifícios em regime de arrendamento, incluir:
 - Cópia do Contrato de Arrendamento
 - Autorização do proprietário (se o requerente for o inquilino)
- Edifícios em propriedade horizontal, incluir:
 - Fotocópia autenticada do título constitutivo da propriedade horizontal

De acordo com a definição da alínea j) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que aprova o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), por "Reabilitação Urbana" entende-se a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios.



--- Limite da Área de Reabilitação Urbana

ABIUL

Com a execução do projeto de arranjos urbanísticos da sede de freguesia de Abiul, promovido pelo Município de Pombal, ficou requalificado o espaço público envolvente à rua principal.

Obras de requalificação urbana na zona central da localidade, inseridas na estratégia municipal de implementação de políticas de promoção de reabilitação urbana, designadamente através da criação de incentivos à regeneração e conservação de edifícios privados e da valorização e qualificação do espaço público, bem como na revitalização dos centros históricos existentes no concelho.

Com a valorização e qualificação dos espaços públicos, e ao adquirirem condições de atratividade e de fruição, esta regeneração urbana assume-se como alavanca para incentivar os particulares a reabilitar as edificações confinantes.

Foi nesse contexto que a Câmara Municipal aprovou a delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) para o centro urbano de Abiul, com uma área de 18,10 hectares, abrangendo quer as zonas urbanas mais antigas que estiveram na génese da localidade, nomeadamente o centro histórico, quer as zonas do centro cívico e dos equipamentos de utilização pública.

Uma área caracterizada pela presença de um tecido edificado que, na sua maioria, já se encontrava construído no início dos anos 80, o que evidencia que a maioria das edificações tem mais de 30 anos. Naturalmente que será sempre possível identificar um ou outro edifício mais recente, não sendo, contudo, razoável excluir edificações isoladas, já que a

área delimitada assenta na evolução urbana do aglomerado, bem como nos instrumentos de gestão territorial em vigor, como é o caso do Plano Director Municipal (PDM) que classifica a zona como solo urbano urbanizado e como espaço residencial, espaço de equipamentos e infraestruturas e espaço verde.

Desta forma, pretende a Câmara Municipal promover a consolidação e reconversão do espaço delimitado em sede de instrumento de gestão territorial, o qual estabelece como objetivos, a promoção da salvaguarda e revitalização do centro histórico e o fortalecimento da vivência e apropriação urbana.

Complementarmente, pretende, também, dar continuidade às iniciativas municipais de promoção da melhoria da qualidade do ambiente urbano, delineando uma estratégia integrada de reabilitação capaz de potenciar sinergias e complementaridades entre público e privado, fomentando a reabilitação do tecido urbano em processo de degradação e a sua respetiva revitalização, afirmar os valores patrimoniais existentes, promover a melhoria geral da mobilidade e da acessibilidade, através da qualificação do espaço público, equipamentos e espaços verdes e de utilização coletiva.

A delimitação da ARU de Abiul integra um conjunto edificado que carece ser intervencionado, para que a identidade do aglomerado não sofra descaracterizações e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua

atratividade.

Daí que a referida ARU se baseie fundamentalmente em razões urbanísticas, nomeadamente edifícios devolutos, coerência morfológica, áreas carentes de intervenção, requalificação das infraestruturas e revitalização do espaço público.

O objetivo primordial consiste, portanto, em reabilitar o edificado degradado nas zonas do centro histórico, Rua Fonte da Vila, Rua e Largo da Igreja, complementando as intervenções já realizadas ao nível do espaço público nalgumas áreas.

Existe a necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e de fomentar a participação dos privados. Ou seja, desmistificar a ideia pré-concebida de que um imóvel reabilitado não pode competir com as novas edificações e áreas de expansão urbana, e incentivar os particulares a reabilitar voluntariamente o património, uma vez que este irá gerar bem-estar para os atuais residentes.

A Câmara Municipal entende que a intervenção proposta na ARU será potenciadora de um melhoramento, tanto a nível social como territorial, e irá potenciar a capacidade de inovação e de investimento. A reabilitação do edificado deve sempre ser feita dando primazia à qualidade arquitetónica, criando exemplos de perfeito enquadramento volumétrico e de materiais, respeitando a envolvente.

Devem ainda ter-se em conta critérios de sustentabilidade, de comportamento energético dos edifícios e de modernização infra-estrutural e tipológica do imóvel, sempre que for possível e pertinente.



A ARU DE ABIUL É DELIMITADA:

- Pela génese e núcleo antigo do aglomerado de Abiul, que compreende o maior edificado degradado;
- Pela 1ª Revisão do PDM abrangendo a totalidade do espaço central, integrando também o Centro Histórico;
- A Norte, pela Zona Industrial de Abiul;
- A Poente, pela Rua Fundação Otilia Pessoa Murta Lourenço e marido Dr. José Lourenço Júnior;
- A Sul, pela linha de água proveniente do Vale Verde;
- A Nascente, pelo cemitério e pela praça de touros.



[- -] Limite da Área de Reabilitação Urbana

ALBERGARIA DOS DOZE

A delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Albergaria dos Doze surge depois de o Município de Pombal ter executado a regeneração urbana do espaço público da zona central da localidade, designadamente da Praça da Igreja Velha, do Largo Eng. Guilherme Santos e da Rua da Escola.

Com aquela valorização e requalificação dos espaços públicos, a autarquia conferiu a Albergaria dos Doze condições de atratividade e de fruição. Um processo que se assume como alavanca para a reabilitação do tecido edificado envolvente.

A ARU contempla uma área de 52,4 hectares, abrangendo quer as zonas urbanas mais antigas que estiveram na origem da localidade, como também equipamentos de utilização coletiva e outro edificado que, pelo seu interesse histórico e patrimonial, justificam a sua integração na delimitação.

A Câmara Municipal pretende, assim, promover a consolidação e reconversão do espaço delimitado em sede de instrumento de gestão territorial, o qual estabelece, como objetivos, a promoção da salvaguarda e revitalização do centro histórico e o fortalecimento da vivência e apropriação urbana. Mas, também, dar continuidade às iniciativas municipais de promoção da melhoria da qualidade do ambiente urbano, delineando uma estratégia integrada de reabilitação capaz de potenciar sinergias e complementaridades entre público e privado, fomentando a reabilitação do tecido urbano em processo de degradação e a sua respetiva revitalização, afirmar os valores patrimoniais existentes, promover a melhoria geral da mobilidade e da acessibilidade, através da qualificação do espaço público, equipamentos e espaços verdes e de utilização coletiva.

O perímetro delimitado pela ARU apresenta um conjunto de construções que carece de intervenção, para que a identidade de Albergaria dos Doze não sofra descaracterizações, promovendo melhor qualidade de vida à população. Isto, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade.

A delimitação da ARU de Albergaria dos Doze baseia-se fundamentalmente em razões urbanísticas, nomeadamente: edifícios devolutos, coerência morfológica, áreas carentes de intervenção, requalificação das infraestruturas e revitalização do espaço público.

O objetivo primordial consiste em reabilitar o edificado degradado nas zonas dos dois núcleos centrais, assim como ao longo do eixo estruturante da ER 350 e linha de caminho-de-ferro, complementando as intervenções já realizadas ao nível do espaço público



nalgumas áreas.

Com a iniciativa, a autarquia pretende um estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Pelo que reconhece a necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e de fomentar a participação dos privados.

A Câmara Municipal acredita que a intervenção proposta na ARU será potenciadora de um melhoramento, tanto a nível social como

territorial, e irá potenciar a capacidade de inovação e de investimento. A reabilitação do edificado deve sempre ser feita dando primazia à qualidade arquitetónica, criando exemplos de perfeito enquadramento volumétrico e de materiais, respeitando a envolvente.

Devem ainda ter-se em conta critérios de sustentabilidade, de comportamento energético dos edifícios e de modernização infra-estrutural e tipológica do imóvel, sempre que for possível e pertinente.

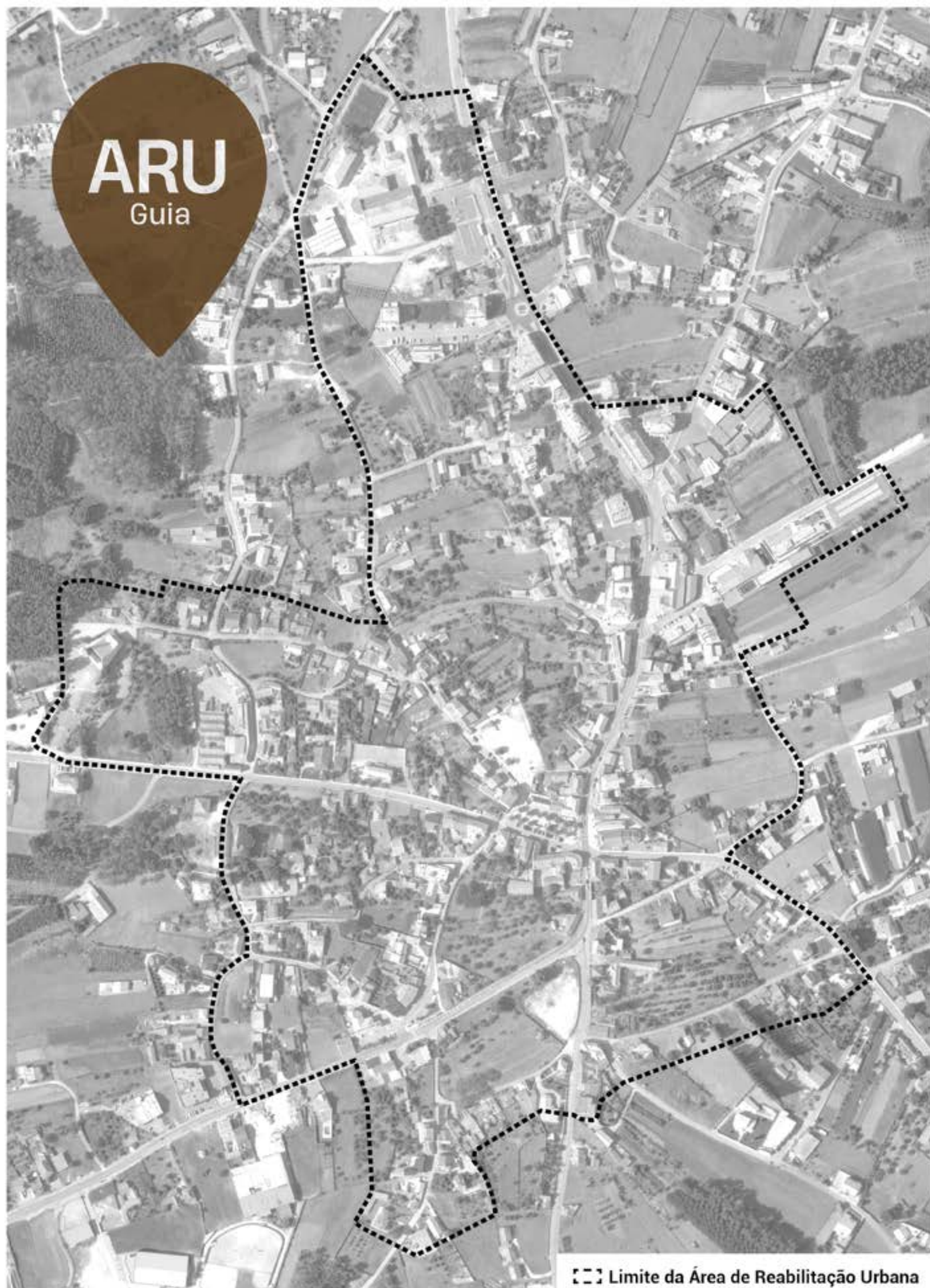


A ARU DE ALBERGARIA DOS DOZE É DELIMITADA:

- Tendo em consideração as opções de ordenamento vertidas na 1ª Revisão do PDM abrangendo a quase totalidade do espaço central;
- Pela génese e núcleos centrais de Albergaria dos Doze, que compreendem a maioria do edificado degradado;
- Ao longo da ER 350, via estruturante no desenvolvimento do aglomerado;
- A Norte, pelas Ruas do Valigoto e do Serradinho;
- A Poente, pela Rua Nova e Centro Social de São Pedro;
- A Sul, pelas Ruas das Flores e da Vinha;
- A Nascente, pelo limite do aglomerado urbano.

ARU

Guia



--- Limite da Área de Reabilitação Urbana

GUIA

Caracterizada pela presença de um conjunto de edificações que, na sua maioria, remonta a mais de 30 anos, a Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Guia abrange 43,7 hectares que integram as zonas urbanas mais antigas do centro urbano da sede de freguesia.

A delimitação da referida ARU surge depois de o Município de Pombal ter promovido a regeneração urbana na vila, designadamente a requalificação da EN 109 e a beneficiação e modernização das instalações da escola básica e secundária, sede do Agrupamento de Escolas de Guia.

Intervenções que se inserem na estratégia municipal de implementação de políticas de promoção de reabilitação urbana, sobretudo através da criação de incentivos à regeneração e conservação de edifícios privados e da valorização e qualificação do espaço público.

Ao valorizar e qualificar os espaços públicos, a Câmara Municipal confere-lhes condições de atratividade e de fruição, assumindo-se como alavanca para incentivar os particulares a reabilitar as suas edificações.

Ao delimitar a ARU de Guia, a autarquia pretende promover a consolidação e reconversão do espaço em sede de instrumento de gestão territorial, o qual estabelece, como objetivos, a promoção da salvaguarda e revitalização do centro histórico e o fortalecimento da vivência e apropriação urbana.

Complementarmente, importa dar continuidade às iniciativas municipais de promoção da melhoria da qualidade do ambiente urbano, delineando uma estratégia integrada de reabilitação capaz de potenciar sinergias e complementaridades entre público e privado, fomentando a reabilitação do tecido urbano em processo de degradação e a sua respetiva revitalização, afirmar os valores patrimoniais existentes, promover a melhoria geral da mobilidade e da acessibilidade, através da qualificação do espaço público, equipamentos e espaços verdes e de utilização coletiva.

A ARU da zona central de Guia baseia-se fundamentalmente em razões urbanísticas, designadamente: edifícios devolutos, coerência morfológica, áreas carentes de intervenção, requalificação das infraestruturas

e revitalização do espaço público.

Neste sentido, o objetivo primordial consiste em reabilitar o edificado degradado nas zonas do centro histórico, da EN 109 e junto aos equipamentos de utilização coletiva, complementando as intervenções já realizadas, ao nível do espaço público, nalgumas áreas.

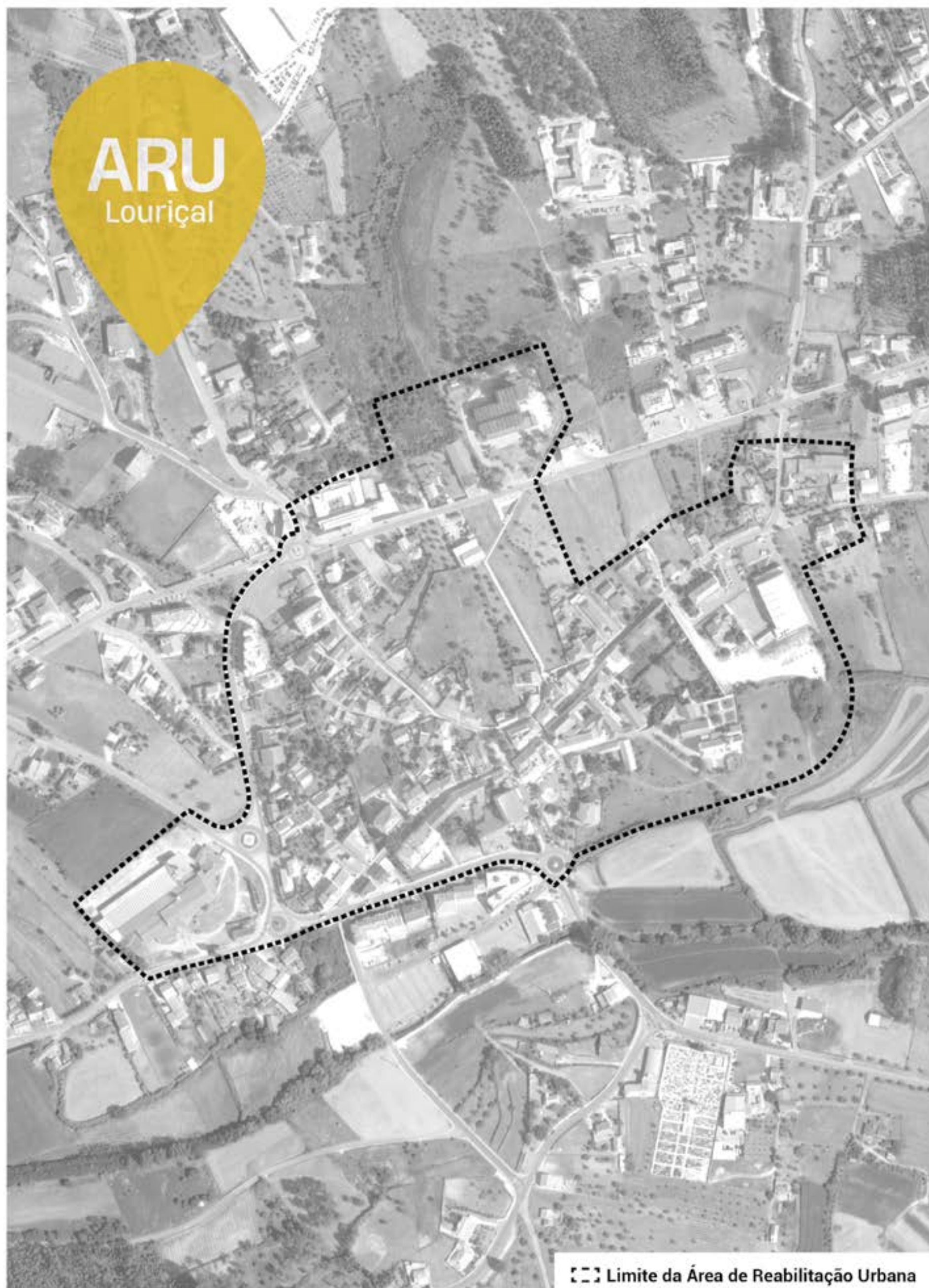
Por outro lado, a autarquia pretende desmistificar a ideia pré-concebida de que um imóvel reabilitado não pode competir com as novas edificações e áreas de expansão urbana e incentivar os particulares a reabilitar voluntariamente o património, uma vez que este irá gerar bem para os atuais residentes.

A Câmara Municipal acredita que a ARU da zona central de Guia será potenciadora de um melhoramento, tanto a nível social como territorial, para além de potenciar a capacidade de inovação e de investimento. A reabilitação do edificado deve sempre ser feita, dando primazia à qualidade arquitetónica, criando exemplos de perfeito enquadramento volumétrico e de materiais, respeitando a envolvente.



A ARU DA ZONA CENTRAL DE GUIA É DELIMITADA:

- Pela génese e núcleo antigo da vila de Guia, que compreende a maior parte do edificado degradado;
- Pela 1ª Revisão do PDM abrangendo a totalidade do espaço central;
- A Norte, pela escola básica e secundária de Guia;
- A Poente, pela Igreja Matriz de Guia e Ruas da Serra e das Covas;
- A Sul, pelas edificações adjacentes à Rua das Rosas e à Rua Estreita;
- A Nascente, pela Rua da Pedrogueira e pelo Centro de Saúde.



--- Limite da Área de Reabilitação Urbana

LOURIÇAL

Após a valorização e qualificação dos espaços públicos, na área central da vila de Louriçal, a Câmara Municipal de Pombal aprovou a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) para aquele aglomerado. Uma ARU com 23,07 hectares, abrangendo quer as zonas urbanas mais antigas, nomeadamente o centro histórico, quer as zonas dos equipamentos de utilização coletiva.

Com a respetiva ARU, a autarquia pretende, essencialmente, promover a consolidação e reconversão do espaço, bem como a promoção da salvaguarda e revitalização do centro histórico e o fortalecimento da vivência e apropriação urbana.

Complementarmente, é objetivo dar continuidade às iniciativas municipais de promoção da melhoria da qualidade do ambiente urbano, delineando uma estratégia integrada de reabilitação, capaz de potenciar sinergias entre público e privado. Na sequência disso, fomentar a reabilitação do tecido urbano

em processo de degradação e a sua respetiva revitalização, afirmar os valores patrimoniais existentes, promover a melhoria geral da mobilidade e da acessibilidade, através da qualificação do espaço público, equipamentos e espaços verdes e de utilização coletiva.

A delimitação da ARU integra um conjunto edificado que carece ser intervencionado, para que a identidade da vila não sofra descaracterizações e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade.

A Câmara Municipal considera que a delimitação da ARU da vila de Louriçal baseia-se fundamentalmente em razões urbanísticas, nomeadamente: edifícios devolutos, coerência morfológica, áreas carentes de intervenção, requalificação das infraestruturas e revitalização do espaço público. Ou seja, reabilitar o edificado degradado nas zonas do centro histórico e artérias, complementando as

intervenção já realizadas, ao nível do espaço público, nalgumas áreas.

Reconhecendo que existe a necessidade de intervir, de dar uma nova vida e esta área e de fomentar a participação dos privados, a autarquia pretende, igualmente, desmistificar a ideia pré-concebida de que um imóvel reabilitado não pode competir com as novas edificações e áreas de expansão urbana e incentivar os particulares a reabilitar voluntariamente o património, uma vez que este irá gerar bem-estar para os residentes.

O Município não tem dúvidas que a intervenção prevista na ARU será potenciadora de um melhoramento, tanto a nível social como territorial, e irá potenciar a capacidade de inovação e de investimento. A reabilitação do edificado deve sempre ser feita dando primazia à qualidade arquitetónica, criando exemplos de perfeito enquadramento volumétrico e de materiais, respeitando a envolvente.



DELIMITAÇÃO DA ARU DA VILA DE LOURIÇAL:

- Pela génese e núcleo antigo da vila de Louriçal, que compreende o maior número de edificado degradado;
- Pela 1ª Revisão do PDM, abrangendo a quase totalidade do espaço central, integrando também o centro histórico;
- A Norte, por uma área de equipamentos de utilização coletiva, designadamente o Centro Escolar e o futuro Centro Cultural;
- A Poente, pela Estrada Regional 342 e por uma antiga fábrica em avançado estado de conservação;
- A Sul, pela Estrada Nacional 237 (desclassificada), actualmente Rua dos Bombeiros Voluntários;
- A Nascente, pelo limite do aglomerado urbano.



[- -] Limite da Área de Reabilitação Urbana

POIOS

A delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Poios, na freguesia de Redinha, surge no âmbito da Rede de Aldeias de Calcário, projeto de intervenção da responsabilidade da Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó. Um projeto que apresenta, como um dos seus objetivos, o desenvolvimento de produtos turísticos ímpares, que promovam a Serra de Sicó, pela conjugação dos valores naturais e patrimoniais existentes com os produtos endógenos da região.

O mesmo projeto, que inclui cinco outras aldeias – Ariques (Alvaiázere), Granja (Ansião), Casmilo (Condeixa-a-Nova), Chanca (Penela) e Pombalinho (Soure) – considera fundamental a proposta de um modelo de desenvolvimento da atividade turística, integrado e responsável, que visa contribuir para a sustentabilidade do território a nível social, económico e ambiental. A delimitação de uma área de reabilitação urbana no aglomerado de Poios constituir-se-á não só como um instrumento de planeamento de intervenções de reabilitação física e regeneração socioeconómica da aldeia, numa perspetiva de desenvolvimento turístico, mas também como um fator de proteção e preservação do carácter identitário da mesma aldeia.

De acordo com o Plano Director Municipal

(PDM) de Pombal, a aldeia de Poios constitui-se como um aglomerado de pequena dimensão, com uma ocupação urbana de baixa densidade onde predomina a função habitacional, complementada por uma infraestrutura turística e dois equipamentos de utilização coletiva, estando, por essa razão, muito dependente, funcionalmente, de Redinha, sede da freguesia.

A ARU de Poios totaliza, aproximadamente, 12,1 hectares de área. Engloba toda a área urbana consolidada do aglomerado da aldeia, integrando a malha urbana estruturada pelos principais arruamentos: Rua do Casal, Rua da Azinhaga, Rua Nossa Senhora da Estrela, Rua do Poço e Rua do Canto.

O aglomerado urbano de Poios assenta numa malha urbana com um carácter linear e orgânico que se estrutura a partir de um eixo principal, a Rua Nossa Senhora da Estrela, que faz a ligação a Poios, a partir de Redinha. Continuando pela encosta da serra, passa pela Capela e Miradouro da Senhora da Estrela, a 350 metros de altitude, no vale dos Poios. Do referido eixo principal, emanam a Rua do Poço, para Sudoeste, e a Rua do Sobreiro, para Norte, que, conjuntamente com a Rua do Casal e a Rua da Azinhaga, definem a estrutura urbana do aglomerado que, a este propósito, foi classificado como concentrado nucleado, no

âmbito dos trabalhos de elaboração do PDM de Pombal.

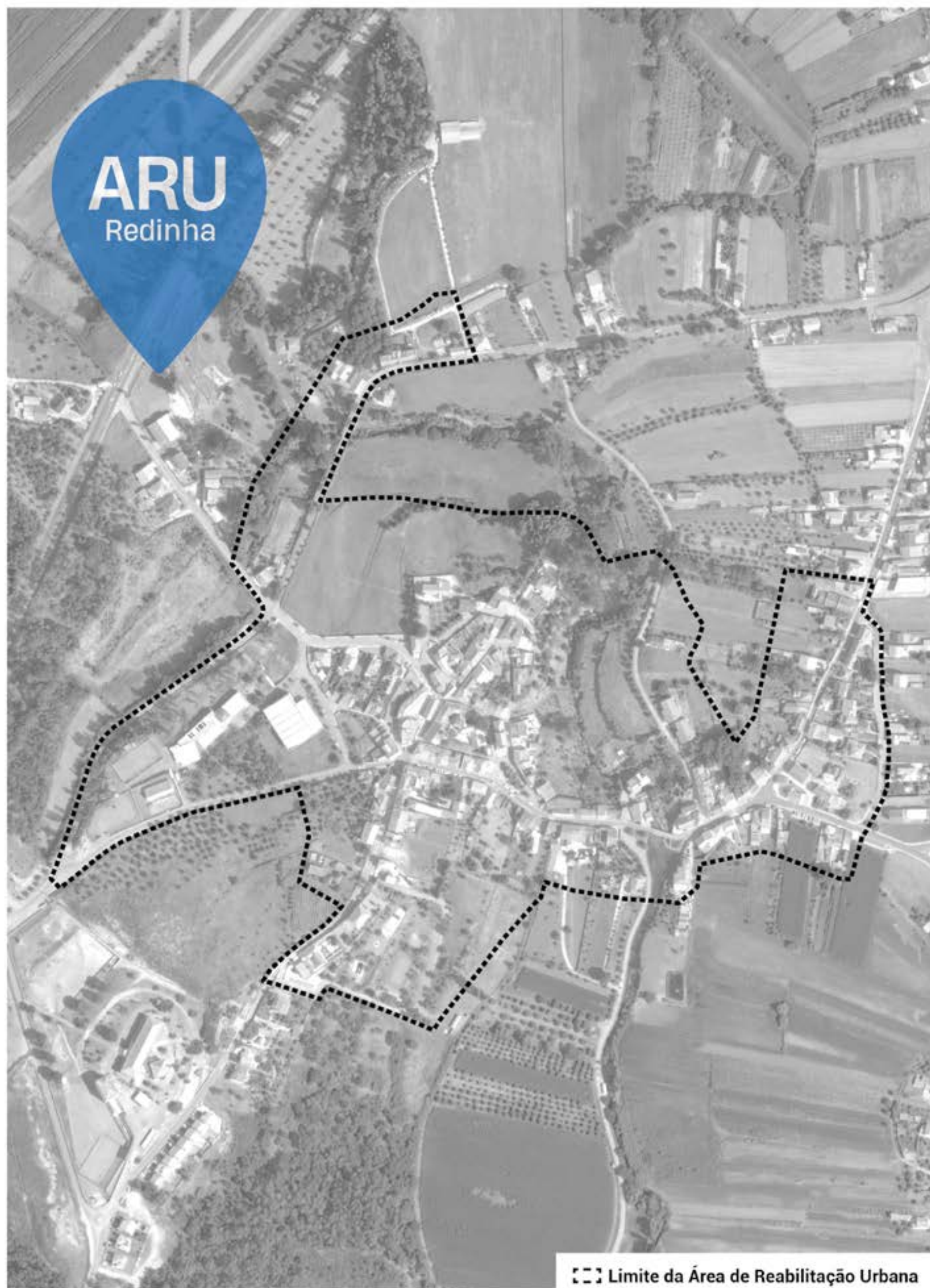
A ocupação linear da malha urbana, ao longo dos eixos estruturantes referidos, é apenas quebrada em torno do quarteirão da Capela de São João, onde a malha urbana apresenta uma maior densidade. Ainda assim, os eixos estruturantes configuram quarteirões que, regra geral, são ocupados à face da via e cujo interior está reservado a funções agropecuárias mais ou menos intensivas.

A identificação de um núcleo primitivo, neste pequeno aglomerado, torna-se complexa na medida em que as novas edificações surgem nas áreas que anteriormente faziam parte de propriedades agrícolas de maior dimensão, entretanto fragmentadas, ou nas áreas de maior concentração do edificado, pela substituição de edificações antigas por novos edifícios. Ainda assim, e numa aproximação à constituição de um núcleo mais antigo, parece evidente a existência de maior concentração de edificado mais antigo e com maior valor identitário ao longo dos eixos estruturantes já referidos (Rua do Poço/ Rua do Sobreiro e Rua da Azinhaga/ Rua do Casal) e da Rua Nossa Senhora da Estrela, a partir do cruzamento com a Rua do Poço.



OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA ARU DOS POIOS

- Promoção do turismo sustentável, designadamente dos produtos turísticos experienciais e do turismo de natureza;
- Promoção e valorização dos recursos e produtos endógenos;
- Melhoria das condições de circulação e mobilidade, à escala local e à escala da rede de aldeias;
- Qualificação do espaço público, procurando compatibilizar a manutenção da identidade do local com intervenções ao nível da sinalização, mobiliário urbano, espaços de utilização coletiva e condições de acessibilidade viária;
- Valorização do património arquitetónico popular;
- Criação de equipamentos e infraestruturas de apoio ao turismo de lazer;
- Aumento da capacidade de atração e retenção populacional.



--- Limite da Área de Reabilitação Urbana

REDINHA

Ao executar a requalificação do espaço público na sede de freguesia de Redinha, nomeadamente da Rua Bernardino Marques, Largo de S. Domingos, Rua Lúcio da Silva e parte da Rua do Caeiro, o Município de Pombal criou condições de atratividade e de fruição, que se assumem como alavanca para incentivar os particulares a reabilitar as edificações confinantes.

O processo de regeneração urbana na zona central de Redinha inseriu-se na estratégia do Município de implementar políticas de promoção de reabilitação urbana, sobretudo através da criação de incentivos à regeneração e conservação de edifícios privados e da valorização e qualificação do espaço público, bem como na revitalização do centro histórico. Após aquela intervenção, o executivo camarário aprovou a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) para o centro urbano de Redinha, com uma área de 24,2 hectares, abrangendo o

centro histórico, mas também equipamentos de utilização coletiva e outro edificado que, pelo seu interesse histórico e patrimonial, justificam a sua integração na mesma ARU.

Pretende, assim, promover a consolidação e reconversão do espaço delimitado em sede de instrumento de gestão territorial, o qual estabelece, como objetivos, prosseguir na execução de unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG), entre outros, a promoção da salvaguarda e revitalização do centro histórico e o fortalecimento da vivência e apropriação urbana.

Complementarmente, importa dar continuidade às iniciativas municipais de promoção da melhoria da qualidade do ambiente urbano, delineando uma estratégia integrada de reabilitação capaz de potenciar sinergias e complementaridades entre público e privado, fomentando a reabilitação do tecido urbano em processo de degradação e a sua respetiva revitalização, afirmar os valores patrimoniais

existentes, promover a melhoria geral da mobilidade e da acessibilidade, através da qualificação do espaço público, equipamentos e espaços verdes e de utilização coletiva.

Tal como outras áreas de reabilitação urbana, também a correspondente ao centro urbano de Redinha integra um conjunto edificado que carece ser intervencionado, para que a identidade daquele povoado não sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edifício e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade.

Com a delimitação da ARU, o Município pretende o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe a necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e de fomentar a participação dos privados.



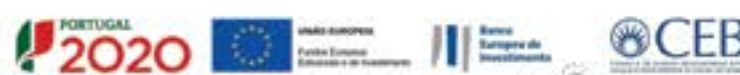
DELIMITAÇÃO DA ARU DE REDINHA:

- Pela génese e núcleo antigo da Redinha, que compreende a maior parte do edificado degradado;
- Pela 1ª Revisão do PDM abrangendo a totalidade do espaço central, integrando também o centro histórico;
- A Norte, por parte da Rua da Muda e "Casa da Muda";
- A Poente, pelos equipamentos de utilização coletiva - Centro Escolar e Pavilhão Gimnodesportivo;
- A Sul, pela Quinta de Sant'Ana;
- A Nascente, pela Rua dos Algares.



IFRRU 2020

instrumento financeiro
reabilitação e revitalização urbanas



IFRRU: ALAVANCA PARA A SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES

Considerado uma alavanca para a sustentabilidade das cidades e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, criando novas oportunidades de desenvolvimento físico, económico e social nos centros urbanos, o IFRRU (Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas) é um instrumento financeiro destinado a apoiar investimentos em reabilitação urbana, localizados em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU).

Com um processo de candidatura simples e com procedimentos ágeis e acessíveis a todos os interessados, num único pedido de financiamento poderá ser apoiado, em condições mais favoráveis, o investimento na reabilitação urbana e na eficiência energética do imóvel a reabilitar, sem restrições na natureza da entidade que solicita o financiamento ou no uso a dar ao imóvel a reabilitar.

O pedido deverá ser apresentado junto da rede comercial dos bancos aderentes, acompanhado de parecer de enquadramento emitido pela Câmara Municipal. Em Pombal, poderá aceder a este instrumento financeiro qualquer entidade, singular ou coletiva, pública ou privada, com título bastante que lhe confira poderes para realizar a intervenção de reabilitação nos

imóveis situados nas ARU delimitadas pela autarquia.

De entre outras operações que podem ser apoiadas, constam a reabilitação integral de edifícios com idades iguais ou maiores de 30 anos (ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a dois anos) e a reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas, ambos localizados em territórios abrangidos por ARU. Os edifícios reabilitados podem destinar-se a qualquer uso, designadamente, habitação (própria, arrendamento, venda), atividades económicas e equipamentos de utilização coletiva.

Para efeito de elegibilidade, é necessário demonstrar a titularidade que confira ao candidato poderes para realizar a intervenção no imóvel, considerando-se qualquer título, seja direito de propriedade, arrendamento, usufruto, concessão ou qualquer outro em direito permitido.

São elegíveis todas as despesas associadas à reabilitação urbana: trabalhos de construção civil e outros trabalhos de engenharia; realização de estudos, planos, projetos, atividades preparatórias e assessorias diretamente

ligadas à operação, incluindo a elaboração de estudos de viabilidade financeira; aquisição de equipamentos imprescindíveis à reabilitação do edifício (exemplos: elevadores, AVAC); fiscalização, coordenação de segurança e assistência técnica; testes e ensaios; aquisição de edifícios e terrenos, construídos ou não construídos; IVA; revisões de preços decorrentes da legislação aplicável e do contrato, até ao limite de 5% do valor elegível dos trabalhos efetivamente executados.

Para preparar o seu pedido de financiamento, os candidatos só terão de cumprir três passos: obtenção de parecer de enquadramento junto da Câmara Municipal, obter certificado energético do edifício e pedir o financiamento.

Qualquer questão sobre o IFRRU 2020 não hesite em consultar o Portal da Habitação, disponível em:

<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/ifrru/index.html>

ou o ponto focal do Município:
Arqto. Nelson Mendes
(Serviços Técnicos do Município)



uma **NOVA CIDADE** começa aqui!

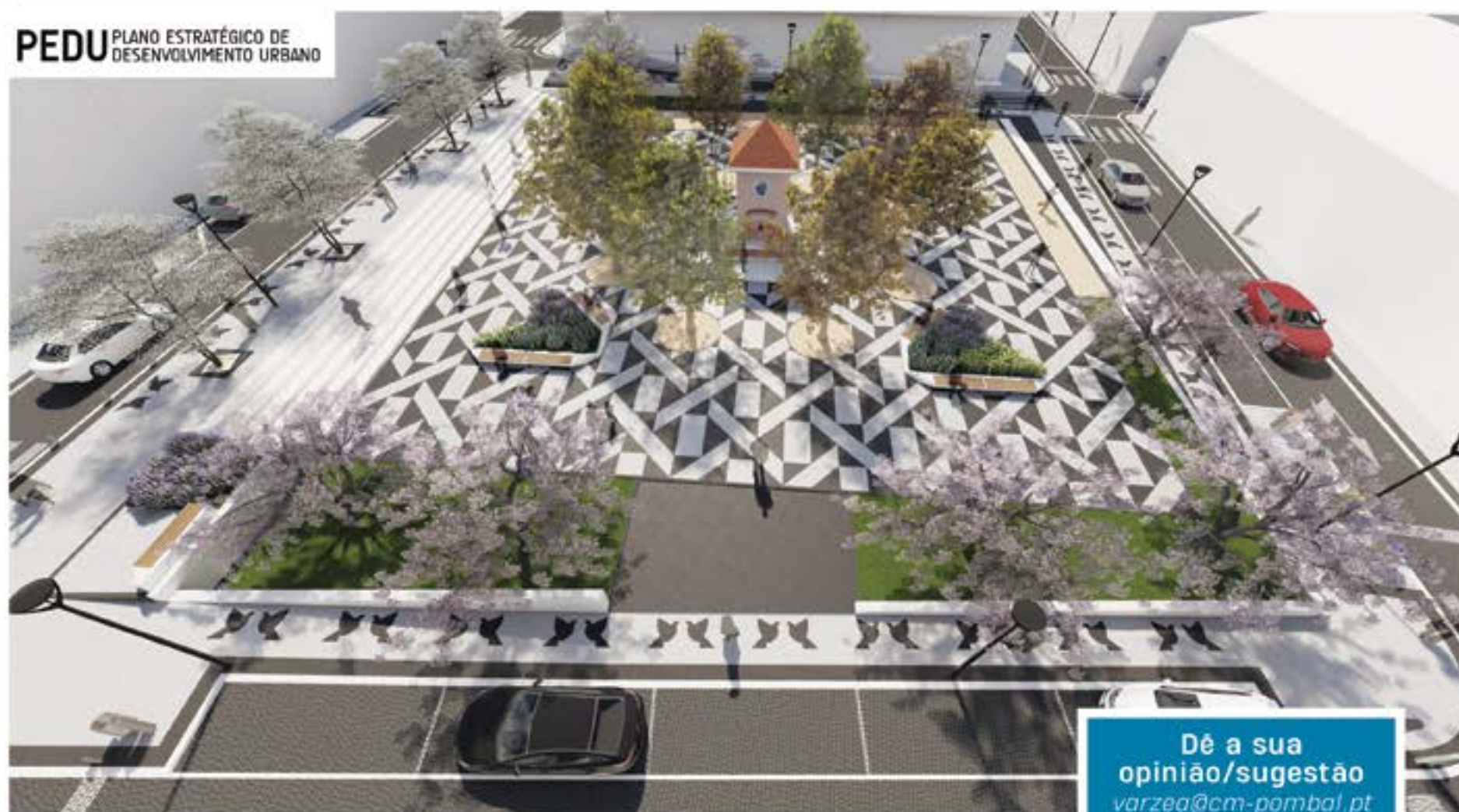
REQUALIFICAÇÃO DA ZONA DA VÁRZEA

E LARGO SALGUEIRO MAIA (LARGO DA ESTAÇÃO)

Valor do Investimento
€1.787.549,65
Valor previsível de financiamento
€1.149.204,93

RECUPERAÇÃO DO ESPAÇO: PERCURSOS, PAVIMENTOS E VEGETAÇÃO | MAIOR ACESSIBILIDADE PEDONAL
CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES PARA MELHOR UTILIZAÇÃO DE CONVÍVIO E LAZER

PEDU PLANO ESTRATÉGICO DE
DESENVOLVIMENTO URBANO



Dê a sua
opinião/sugestão
varzea@cm-pombal.pt

Jardim da Várzea - Vista Aérea



Jardim da Várzea - Vista da Rua 31 de Janeiro



Jardim da Várzea - Vista da Rua Prof. Carlos Alberto da Mota Pinto



Largo Salgueiro Maia (Largo da Estação) - Vista Aérea



Largo Salgueiro Maia (Largo da Estação)
Vista com o edifício da Estação do lado esquerdo

Benefícios e Incentivos

[Para Imóveis localizados nas ARU]

TAXAS MUNICIPAIS

Redução de 50% Do valor das taxas relativas à licença para obras de reabilitação de edifícios localizados nas áreas de reabilitação urbana.

Isenção de 100% Do valor das taxas relativas à ocupação de via pública durante o decorrer das obras de reabilitação de edifícios localizados nas áreas de reabilitação urbana.

Isenção de 100% Do valor das taxas relativas à ocupação da via pública em estabelecimentos comerciais a funcionar em edifícios reabilitados, por um período de 2 anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação.

IMI

Redução de 30% Para os prédios urbanos objeto de intervenções de reabilitação ao nível das fachadas, substituição de caixilharias de vãos de portas e/ou janelas, substituição integral do telhado e obras interiores, por um período de 5 anos a contar do ano, inclusive, da conclusão da intervenção de reabilitação (ao abrigo do n.º 6 do artigo 112.º do CIMI)

Redução de 10% Para os prédios urbanos objeto de intervenções de reabilitação ao nível da fachada, limpeza e/ou pintura da fachada, reparação parcial do telhado, por um período de 2 anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da intervenção de reabilitação (ao abrigo do n.º 6 do artigo 112.º do CIMI)

Redução de 20% Para os prédios arrendados após a intervenção de reabilitação (ao abrigo do n.º 7 do artigo 112.º do CIMI)

Agravamento 30% Para os prédios urbanos arrendados (ao abrigo do n.º 6 do artigo 112.º do CIMI)

Isenção por um período de 3 anos a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação (ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF)

IMT

Isenção sobre as transmissões onerosas de imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição (ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF)

Isenção sobre as transmissões onerosas de imóveis na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente (ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF)

IRS

Dedução à coleta, até o limite de 500 euros, de 30% dos encargos suportados com a intervenção de reabilitação (ao abrigo do n.º 4 artigo 71.º do EBF)

As mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português decorrentes da primeira alienação, subsequente à intervenção, de imóvel localizado em área de reabilitação urbana, são tributadas à taxa autónoma de 5 %, sem prejuízo da opção pelo englobamento (ao abrigo do n.º 5 do artigo 71.º do EBF)

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5 %, sem prejuízo da opção pelo englobamento, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento (ao abrigo do n.º 7 do artigo 71.º do EBF)

IVA

Taxa reduzida de 6% para obras de reabilitação urbana (ao abrigo do artigo 18.º do CIVA)



Município de
POMBAL

mais informações em www.cm-pombal.pt

Informação pormenorizada na página 16

“Não sei bem o que será normal a partir de agora”

Tânia e Ricardo, dois pombalenses no meio da pandemia em Londres

Ana Laura Duarte

Passaram cerca de cinco anos desde que Tânia Lourenço, e o companheiro, Ricardo Alves, trocaram o clima ameno da cidade de Pombal pelos dias cinzentos de Londres, “na altura procurávamos melhores condições de trabalho, um nível de vida mais confortável e maior estabilidade”, conta. Formada na área da comunicação e marketing, pelo Instituto Superior de Educação e Ciências, em Lisboa, a jovem revela que “na altura a decisão não foi difícil”, afinal “já conhecia bem a cidade de Londres, que adorava pelo seu frenesim”, e também pela “experiência adquirida enquanto aluna de Erasmus”.

Apesar de “menos confortável com a decisão”, o companheiro seguiu-lhe as pisadas. Os primeiros tempos “foram calmos”, uma vez que já “tínhamos tudo planeado, os empregos já estavam assegurados”, e a única “coisa menos boa, foi mesmo arranjar um apartamento decente, com áreas aceitáveis e com uma ren-

da possível de comportar”. Mudaram-se várias vezes até encontrarem o espaço a que agora chamam de lar.

“Passados pouco mais de três anos o Ricardo começou a queixar-se, sucessivamente, de cansaço extremo”, na altura “desvalorizá-los”, por acreditarem “que se tratava apenas de excesso de trabalho”, no entanto, “com o acumular de pequenas situações decidimos que o melhor era consultar um médico”. O diagnóstico foi conclusivo: Ricardo Alves, de 33 anos, sofre de um tumor ósseo, que o atirou, imediatamente, para o bloco cirúrgico. A operação foi realizada “com sucesso”, mas não excluiu a necessidade de realizar, até aos dias de hoje, “tratamentos muito invasivos e delicados”, que lhe “retiram grande parte da energia”.

Passados um ano e quatro meses, “quando as coisas se estavam a voltar a compor”, surge esta pandemia a nível mundial de Covid-19, que “ameaça a cada esquina e que faz estremecer toda a confiança que já tinha adquirido”, conta Tânia Lourenço, enquanto explica “o terror que é sair à rua, até para comprar pão”, e não saber se regressa a casa com “um vírus que pode ser fatal para o Ricardo”. Os médicos que o acompanham fizeram um “último ato”: “nas próximas semanas não pode haver qualquer contacto com o exterior”, e felizmente que “a casa tem dois quartos, e que pode-



• Tânia Lourenço revela o “o terror que é sair à rua, até para comprar pão”

mos fazer vidas praticamente separados”.

Por um lado Ricardo resguarda-se no pequeno escritório, rodeado de livros e de computadores, já Tânia trabalha a partir de casa, apenas com saídas esporádicas para comprar bens de primeira necessidade: “temos a ajuda de amigos mais próximos, também portugueses, que nos apoiam

bastante, mas que não podem fazer tudo por nós”, ressalva.

Quando regressa do exterior, as rotinas de Tânia são sempre as mesmas: “descalço-me à porta de casa, tiro toda a roupa e deixo-a num saco, pronta para entrar na máquina de lavar, dirijo-me de imediato para o duche, e só depois vou ao encontro de Ricardo, que aguarda

pacientemente, sempre de sorriso no rosto”, porque se há coisa que não perdeu no “meio desta confusão”, foi mesmo o sorriso, conta a jovem de 32 anos.

Para Tânia Lourenço, a situação que se vive no reino Unido “está bastante descontrolada, é passada pouca informação às pessoas, e as medidas adoptadas pelos governantes pecam por serem fracas e muito tardias”, conta enquanto assume que “se tivéssemos tido oportunidade teríamos ido para Portugal antes da situação ter atingido este patamar de ‘confusão’, pelo menos tínhamos o apoio dos nossos familiares, e sabíamos que estaríamos mais protegidos”, remata.

Por agora, “aguardamos resignadamente que a pandemia seja controlada, e que a vida das populações mundiais possa voltar à normalidade”, sendo que “não sei bem o que será normal a partir de agora”, desabafa explicando os “receios” que têm quando pensa nas “consequências económicas que o Covid-19 trará a nível global”.

Ainda não viu nada

Temos muito mais para apoiar a sua vida.

Soluções para:

- Dia-a-dia
- Investir
- Financiar
- Proteger
- Poupar

Fale connosco, há tanto mais para ver.



creditoagricola.pt • 808 20 60 60
Atendimento personalizado 24h/dia, 7 dias/semana

CA
Crédito Agrícola

PUBLICIDADE 10/2019

Execução de condutas e estação elevatória Saneamento em Alhais

A rede de saneamento básico na freguesia do Carriço vai contar com mais um investimento, na ordem dos 643 mil euros, com a execução de condutas e Estação Elevatória de Alhais. Na sua última reunião, a Câmara de Pombal deliberou adjudicar a empreitada.

Segundo a autarquia, a obra permitirá viabilizar o encaminhamento das águas residuais recolhidas em toda a rede construída em Alhais, Claras, Silveirinha Pequena, Silveirinha Grande, Vieirinhos e Fontinha, até à rede de drenagem de Marinha das Ondas e, daí, para a Estação Elevatória de Sampaio, no concelho da Figueira da Foz.

O tratamento os efluentes será posteriormente reali-

zado na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Figueira da Foz, ao abrigo de um protocolo celebrado entre os dois municípios.

“Esta obra permite a drenagem das águas provenientes da rede de saneamento, cuja construção se encontra em conclusão, e que servirá mais de 3.000 pessoas, através dos 1.176 ramais, ao longo de 42 quilómetros”, refere a autarquia, realçando que a construção desta rede tinha representado um investimento de cerca de 2,8 milhões de euros, de um total de mais de 15 milhões de euros de obras de saneamento lançadas ao longo dos últimos meses ou a lançar a breve trecho.

Reunião do executivo

23 mil euros para apoiar freguesias

A Câmara de Pombal aprovou, na sua reunião da passada sexta-feira, atribuir apoios a juntas de freguesia, no valor total de cerca de 23 mil euros.

À Junta do Louriçal foi atribuído um apoio de 9.878,07 euros, para suportar as despesas com o projecto de execução de passeios em Matas do Louriçal, obra a executar pelo município e cuja adjudicação foi aprovada na mesma reu-

nião.

Já a autarquia de Meirinhos irá receber apoios no valor de 7.224,80 euros, para custear a requalificação de passeios pedonais na Rua Comendador Narciso Mota e na Rua do Arieiro.

Por sua vez, a Junta de Freguesia de Carnide beneficiará de um apoio financeiro de 5.909,92 euros, para construção de uma vedação no Ecocentro localizada naquela freguesia.

Charneca também cancelou

Festejos na Cartaria poderão ter nova data



Atendendo à actual situação provocada pela pandemia, a Comissão de Festas da Cartaria, na União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze anunciou a suspensão dos tradicionais festejos da Páscoa, que estavam agendados para os dias 12, 13 e 14 deste mês, mas não coloca de parte a realização do evento noutra data, segundo a publicação feita na página de facebook da Associação de Melhoramentos e Cultura e Recreio da Cartaria. Será ponderado, face à evolução da situação, a possibilidade da marcação

de uma nova data, ainda por decidir.

Também a organização da Festa da Charneca, em honra do Sagrado Coração de Jesus, prevista para Agosto, já anunciou o cancelamento do evento. pesar de anunciar hoje que a Festa prevista para Agosto 2020 não vai acontecer. “A programação prevista para este ano será adiada para o próximo ano, sendo que a festa se realizará em Agosto de 2021, mantendo-se os mesmos elementos já nomeados no ano 2019”, refere o comunicado divulgado nas redes sociais.

No limite com o concelho de Ourém

Novo parque eólico projectado para Albergaria dos Doze

O executivo camarário de Pombal aprovou, na sua última reunião, emitir parecer favorável à localização de um novo parque eólico, desta vez para a zona de Albergaria dos Doze, abrangendo ainda o concelho vizinho de Ourém.

O Parque Eólico “Calafate”, como é designado, prevê uma potência total de 48MW, resultante de 12 aerogeradores e uma subestação, segundo informou a Câmara Municipal, adiantando que o parecer favorável à localização é um dos documentos exigido no âmbito do processo de licenciamento que o investidor terá de formalizar junto da Direcção-Geral de Energia e Geologia.

Aquele investimento na área da produção de energia eléctrica com recurso a fontes renováveis, é o sexto que já obteve parecer favorável por parte do município.

Recorde-se que o executivo liderado por Diogo Mateus emitiu, já este mês, parecer favorável à instalação de dois parques solares fotovoltaicos para as freguesias de Carriço e Louriçal.

Antes, já tinha sido aprovada, igualmente, a viabilidade de um parque eólico para a zona de Abiul, Vila Cã e União de Freguesias de



• O parque ficará localizada na zona da Cumeira, junto à Cartaria, no limite dos concelhos

Santiago, São Simão de Litém e Albergaria dos Doze.

No último ano, a Câmara Municipal tinha já emitido parecer favorável a um pedido de informação prévia para instalação de um parque fotovoltaico nos Alhais, freguesia de Carriço, com uma potência de 21,22MWp e com investimento previsto de 15 milhões de euros, e reconhecido o interesse público de um outro junto Par-

que Industrial Manuel da Mota, em Pombal, com uma potência de 23,496MWp e com um investimento previsto de 14 milhões de euros.

“A instalação destes parques, a concretizar-se, contribuirá para a concretização das metas traçadas no Plano Nacional de Energia e Clima 2030 e no Plano de Acção para a Sustentabilidade Energética e Climática do Município de Pombal,

promovendo a produção de energia eléctrica a partir de uma fonte renovável”, refere a autarquia, salientando que “estes investimentos têm um efeito positivo na sustentabilidade energética e ambiental, mas também na criação de emprego no concelho”.

Já este mês, foi dado parecer favorável a dois parques eólicos, no Carriço e Louriçal.

Lamenta falta de colaboração das autarquias

Gerência esclarece encerramento de farmácia na Pelariga

A gerência da Farmácia Ribeiro Correia, na Pelariga, justifica o encerramento do estabelecimento devido à falta de colaboração por parte da Junta de Freguesia e Câmara de Pombal. “Foi pedida colaboração no sentido de se manterem os serviços farmacêuticos na Pelariga, mas não foi obtida qualquer ajuda por parte destas entidades”, refere.

A empresa refere que aquelas entidades deram “parecer para continuar a prestação do serviço mesmo com prejuízo”, mas lamentavelmente, após autorização por parte da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de

Saúde (Infarmed), que regula a actividade, teve de encerrar a farmácia em meados de Março.

A gerência recorda que, “há cerca de 25 anos”, o então presidente da Junta de Freguesia solicitou à Farmácia Torres & Correia, de Pombal, para “abrir um posto de venda de medicamentos” naquela freguesia. “Pedido esse que com grande esforço”, a referida farmácia conseguiu obter a respectiva autorização por parte Infarmed. Por sua vez, “há cerca de dez anos o posto de venda de medicamentos foi transformado em farmácia, continuando a servir da mesmíssima e da

melhor maneira possível a população daquela freguesia”, esclarece.

Contudo, em declarações ao nosso jornal, considera que devido à crise económica no país, que obrigou à intervenção da “troika”, “todos os sectores de actividade económica e como tal também as farmácias começaram a ter problemas financeiros”. “Durante estes últimos tempos a farmácia na Pelariga só conseguiu manter-se porque a Farmácia Torres & Correia a financiava, tendo acumulado prejuízos avultados”, frisa.

“Lamentamos pessoal e profissionalmente que esta situação tenha tido tal

desfecho, especialmente durante esta pandemia. Desfecho este que tentámos evitar e atrasar de todas as maneiras possíveis, embora sem efeito, algo que apenas o desejo de servir o bem-estar dos nossos utentes e da população da Pelariga nos tenha mantido de pé e em funcionamento durante estes últimos anos, muito pelo contrário do que possa parecer”, considera.

A gerência frisa que irá “mais além, e atrevemo-nos a dizer que se outros estivessem na nossa posição a farmácia da Pelariga, muito provavelmente, não teria servido a população durante 25 anos”.

Hasta pública rendeu 640 mil euros

Grupo Lusiaves compra terrenos para fixar unidade industrial na Guia

Sem avançar com pormenores sobre o investimento previsto, o presidente da Câmara de Pombal não esconde a sua satisfação pelo “sucesso” alcançado com a venda de 121.850 metros quadrados de terrenos junto à zona industrial da Guia. O negócio, que rendeu 640 mil euros ao município, foi efectuado através de hasta pública, ao Grupo Lusiaves, liderado por Avelino Mota Gaspar, natural de Meirinhas.

Diogo Mateus não tem dúvidas que o investimento previsto por aquele que é considerado o maior grupo empresarial de referência ibérica no sector agro-alimentar irá “alavancar” a economia de toda a região, em particular da zona Oeste do concelho de Pombal. “Vai influenciar toda a dinâmica económica e social do concelho” e que será “uma âncora para a fixação de outras empresas”, frisa.

O edil entende também que o Grupo Lusiaves poderá “potenciar a área logística” que “já é muito forte” no concelho. Diogo Mateus lembra que o dinamismo da zona industrial da Guia, junto a Monte Redondo, no concelho de Leiria, merece “mais uma oportunidade para se apostar na requalificação da linha do Oeste, que poderia servir como canal de escoamento dos produtos”.

Mas para já a Câmara Municipal está a preparar o processo para lançar uma avaliação de impacte ambiental com vista à construção de uma variante que ligue a EN109 (que atravessa a Guia) à Auto-Estrada 17 (A17).

Para o autarca social-democrata, que adianta ter havido “contactos com várias empresas” com vista a apresentar o modelo de hasta pública dos terrenos, adquiridos pelo município, a decisão do Grupo Lusiaves “é corajosa, mas também encorajadora”, para além de ser um “sinal de esperança quanto ao futuro”, tanto mais “numa situação como aquela em que

vivemos actualmente”.

Por outro lado, Diogo Mateus entende que “parece estar a confirmar-se a expectativa que tinha há vários anos: Pombal apresenta-se como um ‘cluster’ agro-industrial fortíssimo, com indústrias de renome como a Compal, a Cuétara, a Derovo e a Indumape, entre outras. Esta concentração contribui para uma dinâmica do sector”, salientou.

Diogo Mateus entende que estas indústrias, a que se junta agora um “grande” projecto da Lusiaves, são também uma “belíssima oportunidade para a agricultura menos capacitada aproveitar o sector mais sofisticado da indústria para escoar os seus produtos”. A produção na área de pomares, cereais ou aves poderá ser encaminhada para a indústria, exemplificou.

Além da agricultura, “um conjunto de empresas que orbitam à volta desta unidade - que é 10 a 15 vezes maior do que o Expocentro - podem ganhar muito”.

Citado numa nota de imprensa emitida pela Câmara Municipal, Nuno Maurício, adjunto do presidente do Grupo Lusiaves, sublinhou “a eficiência com que o município conduziu o processo e a atractividade que esta disponibilidade constitui para as empresas que aqui se pretendem instalar”. “Apesar da situação difícil que se vive no país, estamos comprometidos com a concretização deste investimento, cujo estudo prévio prevemos apresentar nos próximos meses, quando todo o processo de adjudicação estiver concluído”, salientou.

“O representante do grupo empresarial, com mais de 30 anos no mercado, referiu que, além da criação de dezenas de postos de trabalho, esta unidade industrial de grande dimensão, na área da transformação, criará diversas sinergias com outras empresas do concelho”, refere a mesma nota de imprensa.



• O presidente da Câmara de Pombal não esconde a sua satisfação pelo “sucesso” alcançado com a venda de 121.850 metros quadrados de terrenos junto à zona industrial da Guia



ORGANIFACHO
Legalização de Veículos, Lda.
DECLARANTES ADUANEIROS - Cédula 263216

ESTÁ DE REGRESSO A PORTUGAL?



**TRATAMOS DA
LEGALIZAÇÃO DO SEU CARRO**

LIGUE 236 244 774

Tel. 236 244 774 / Tm. 917 248 199
E-mail: organifacho@gmail.com • www.organifacho.com
Z. Ind. da Formiga • Rua Dr. José Farinha Portela Fernandes, Lt. 3-B5 • 3100-394 POMBAL

Concelho tem cinco infectados

Alunos de Ansião com acesso gratuito a computadores

Sessenta e três alunos do concelho de Ansião irão usufruir de computadores disponibilizados pela autarquia para poderem acompanhar o ensino a distância, até ao final do presente ano lectivo.

De acordo com uma nota de imprensa emitida pela autarquia liderada por António José Domingues, os computadores portáteis foram adquiridos para empréstimo aos alunos do concelho que, sem este recurso, se viram impossibilitados de prosseguir na sua aprendizagem em período de confinamento devido à pandemia provocada pela Covid-19.

O município irá ainda atribuir 52 sistemas de ligação gratuita à internet, 22 dos quais oferecidos pela empresa Águas do Centro

Litoral (AdCL), responsável pela exploração e pelo fornecimento de água destinada a abastecimento público naquele território.

Um apoio às famílias que, nas contas do executivo, representa um investimento na ordem dos 27.000 euros e que se vem juntar a outras políticas concretizadas no contexto do novo coronavírus, tanto na área da educação como na da acção social, “com vista à equidade social e à construção de uma sociedade mais justa, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no concelho”.

Até esta segunda-feira, dia 27, o concelho apresentava cinco casos de cidadãos infectados: dois na freguesia de Ansião, dois na do Avelar e um na freguesia de Pousaflores.

Alvaiázere

Tentam vender online motociclo furtado

No dia 17 deste mês, o Comando Territorial de Leiria, através do Posto Territorial de Alvaiázere, recuperou um ciclomotor, furtado no concelho de Alvaiázere.

Alertados para venda, numa plataforma online, de um motociclo furtado em 2014, os militares moveram diligências no sentido de chegar até ao autor do anúncio, facto que permitiu

recuperar o veículo, avaliado em 1.500 euros.

O ciclomotor foi furtado da garagem de uma residência, de onde foram levados diversos artigos, incluindo uma jante, agora recuperada.

O suspeito, um homem de 20 anos, foi constituído arguido e os factos remetidos para o Tribunal Judicial de Ourém.

Empresa recorreu ao lay-off

Roca suspende temporariamente actividade industrial

Tendo em conta a propagação do Coronavírus em Portugal, a redução significativa da procura ou efectiva suspensão de encomendas por parte dos clientes, as dificuldades emergentes na cadeia de abastecimento e no seguimento da publicação do diploma que regulamenta as medidas que incorporam o Estado de Emergência pelo Governo Português, a Roca anunciou a suspensão temporária da sua actividade industrial, recorrendo ao mecanismo de lay-off, mantendo em

funcionamento apenas os serviços mínimos comerciais e de logística.

Em comunicado, a Roca adianta estar está a monitorizar de forma contínua e a agir activamente, acompanhando a evolução da situação no país, aproveitando para manifestar o total reconhecimento a todos os profissionais de saúde, forças de segurança, comerciantes, distribuidores e a todos que mantêm activos os seus serviços para responder às necessidades dos cidadãos.

Aposta na divulgação digital

Vendas online (ainda) estão longe de ser ‘tábua de salvação’

Os últimos dados sobre o consumo, divulgados na semana passada pelo Barómetro Nielsen Covid-19, relativo ao período compreendido entre 30 de Março e 5 de Abril, apontam para um crescimento do canal online em 200%, em ocasiões de compra, e um aumento de 192% em novos lares. Mas será que os números reflectem aquilo que vive a maior parte dos lojistas deste concelho? “A Covid-19 veio alterar profundamente esta dinâmica, e o que era um complemento passará a ter uma aposta renovada com mais investimento da nossa parte nas redes sociais e vendas online”, começa por dizer Nuno Santos, responsável pelas lojas de roupa Spazio F e Farpellas, assumindo que, até à chegada da pandemia, a presença dos dois espaços nas redes sociais “foi sempre de apoio à nossa actividade e complemento ao nível comunicacional e reputacional”, não tendo “como objectivo primeiro a venda”.

Ainda que as restrições impostas pelo Estado de Emergência impeçam as vendas de forma tradicional, Nuno Santos diz que não se assistiu “a um incremento das vendas por este canal, em relação ao que já tínhamos”. Aliás, o comércio digital continua a representar, até à data, “uma pe-



• Os lojistas aumentaram presença nas redes sociais, mas o online não tem o retorno necessário

quena percentagem do que era o nosso volume de negócios”. Mas o empresário reconhece, contudo, que a pandemia e o período pós-pandemia “irá mudar o comportamento do consumidor” e aponta um período curto, “de um a dois anos”, para que tal aconteça. “O online será privilegiado em relação ao espaço físico, isto apesar de já existirem dados, na China, que as vendas no pós-quarentena, no retalho, retomaram a bom ritmo, com as pessoas a sentirem necessidade de sair de casa e gastar dinhei-

ro”, aponta Nuno Santos.

Com duas lojas de portas fechadas desde meados de Março, o empresário partilha, há mais de um mês, das angústias diárias dos comerciantes que se viram obrigados a encerrar as lojas. “O impacto na nossa empresa é muito forte”, assegura, aludindo àquilo que diz ser uma “travagem a fundo” na facturação dos espaços físicos que gere. “Como não estávamos vocacionados para vender online, não conseguimos cobrir a nossa estrutura de despesas mensais”, realidade esta que obrigou

a empresa a recorrer a medidas de apoio como o lay-off simplificado. “Neste momento, foi a única ajuda estatal a que recorremos e a que faz mais sentido, no nosso caso”, explica, adiantando que, além de o objectivo ser reduzir o custo com o quadro de pessoal, pretende também proteger os postos de trabalho. A par desta medida, Nuno Santos não vê “grandes vantagens” nas linhas de crédito e acrescenta que é preciso o Governo “aprofundar as medidas de apoio, tanto aos cidadãos como às empresas”.

Online vai crescer no futuro

No mês em que completou um ano de vida, a Kids and You recebeu um presente amargo. Desde o dia 16 que o espaço está de portas fechadas, tal como o resto do comércio de artigos não essenciais, mas a contingência veio abrir portas a novas apostas. “Ao longo deste primeiro ano, a Kids and You tem apostado muito na promoção dos seus artigos nas redes sociais, essencialmente através do facebook”, mas a pandemia obrigou a um reforço deste tipo de presença, à semelhança do que vão fazendo outros espaços. No início de Abril, a loja passou a oferecer aos clientes “um atendimento personalizado via net, enviando fotos e preços de diferentes artigos e remetendo gratuitamente via CTT”, conta Ana Gonçalves, uma das responsáveis. “A aceitação foi bastante positiva e os CTT colaboraram com uma entrega célere o que potenciou a satisfação dos nossos clientes”. Ainda que reconheça que as transacções online poderão vir a ser, a curto prazo, um canal com um peso mais significativo nas vendas do comércio a retalho, Ana Gonçalves diz que, neste momento, “está muito longe de ser o balão de oxigénio”. Ainda assim, e na expectativa desse crescimento, a Kids and You já criou uma loja online (kidsandyou.pt) e até ao final deste mês está a oferecer 20% de desconto em todas as marcas de roupa e joalharia Unode50. Para incrementar as vendas, as encomendas iguais ou superiores a 49€ usufruem de portes de envio grátis.

“Acreditamos que estamos a entrar num novo paradigma, onde o online terá um papel preponderante na vida dos consumidores”, afirma a mesma responsável, que justifica a afirmação com a segurança que uma loja online oferece, a disponibilidade “24h por dia” e a “entrega personalizada, em casa do cliente”. Factores que fazem com que este tipo de comércio reúna “todas as condições para ser um complemento importante para o comércio tradicional”.

Seguindo este raciocínio, Ana Gonçalves acredita que “as lojas online têm a grande vantagem de estarem acessíveis todos os dias, em qualquer lugar, tornando a oferta global e não apenas local. É também verdade que a oferta de artigos online é sempre maior do que a oferta na loja física uma vez que na loja online todos os artigos estão visíveis aos clientes enquanto que na loja física a exposição é feita por colecção havendo artigos que nem sempre estão expostos”.

Longe de actualmente ser a ‘tábua de salvação’ para a crise que atravessa o sector, a lojista mostra-se optimista nesta aposta no digital. “É um canal de vendas que poderá ter, no futuro, um peso significativo nas vendas, mas é uma opção que não está nem estará acessível a todos os públicos e, como tal, a loja física continuará a ser muito importante para angariar e fidelizar clientes. Se a experiência online for positiva, estamos certas que o crescimento deste canal de vendas será certamente mais célere e expressivo”, conclui.

FEIRA DIGITAL AUTO



USADOS.AMCONFRARIA.COM



DESCONTOS ONLINE
ATÉ 5.000€



SELECÇÃO DIÁRIA
DE VIATURAS



REUNIÃO POR
VIDEOCHAMADA



ENTREGA EM
SUA CASA



28 DE ABRIL > 5 DE MAIO



AUTOMECÂNICA
DA CONFRARIA



GRUPO
AMCONFRARIA

01/05/1924 (Quinta-feira)
01/05/2020 (Sexta-feira)
Noventa e seis Primaveras



No que está acontecer
Todo mundo sabe bem,
Também já houve epidemias
No tempo de minha mãe.

Com guerras e muitas doenças
Conta ela com muita tristeza,
Trabalhou muito em criança
Para ter o pãozinho na mesa.

Nasceu e criada na serra
Filha de Pais pobrezinhos
Trabalhavam noite e dia
Para criar os seus filhinhos

Casou e mudou de vida
Teve um bom maridinho,
Também teve muitos filhos
Que hoje lhe dão o carinho.

Nunca entrou numa escola
Não sabe ler nem escrever,
Educou todos os seus filhos
Sem uma letra aprender

É o seu aniversário
(Noventa e seis) de vida e Fé,
Esperamos que daqui a quatro
Ainda esteja de Pé.

Vê-se na sua linda imagem
O seu rosto já não é de jovem
Para chegar a esta idade
Muitos corações se comovem

Como hoje é dia de festa
Receba aqui neste cantinho,
Genros e amigos um abraço
Netos e filhos um beijinho.
Aires Moreira

Inscrições e Renovações de Matrículas para Creche Institucional, Creche Familiar e Pré-Escolar

ANO LETIVO 2020/2021

A APEPI – Associação de Pais e Educadores para a Infância, Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com sede no Largo do Arnado, em Pombal, vem por este meio informar todos/as os/as interessados/as que as Inscrições/Renovações de Matrícula para o próximo ano letivo 2020/2021, decorrem durante o mês de maio, através do email apepi-ipss@sapo.pt ou contacto telefónico 236213268/967433174.

Para a inscrição é necessário a apresentação do cartão de cidadão e/ou assento de nascimento da criança.

Os Documentos necessários para a renovação da matrícula serão apresentados posteriormente, enviados via correio eletrónico ou via CTT para a morada: APEPI, Largo do Arnado, 3100-548 Pombal.

Encontra toda esta informação
no site da APEPI apepi.pt.

Pombal, 22 de abril de 2020
A Direção



ASSOCIAÇÃO
DESPORTIVA
PEDRO ROMA

CONVOCATÓRIA

Nos termos estatutários, convocam-se todos os associados de ADPR – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PEDRO ROMA para a Assembleia Geral Ordinária, a ter lugar no próximo dia 29 de Maio de 2020, pelas 19:30 horas, no pavilhão desportivo sito, na Rua Champalimaud lote 4, 3100-517 com a seguinte, Ordem de Trabalhos:

Verificação de presenças;
Aprovação da ata anterior;
Apreciação e aprovação do Relatório e Contas a 2019;
Admissão dos sócios propostos pela Direção;
Outras informações e assuntos de interesse para a gestão da Associação;
No caso de não estarem presentes, em primeira convocatória, o número suficiente de associados, conforme o Art.º 8º dos Estatutos, a Assembleia reunirá em segunda convocatória, uma hora depois da hora marcada, com qualquer número de associados presentes.

Pombal, 14 de Abril de 2020
Presidente da Mesa da Assembleia Geral
José Pedro Guerra Araújo

Nº 234-027-949 - Telex 712 543 109 / F18 444 806 / F17 528 430
Sede: Av. Pedro de Uçá, 1183 - 3100-443 Pombal
Pavilhão Desportivo: Rua António Champalimaud, 11-01 - 3100-517 Pombal

POMBAL
Jornal

TELEFONE: 236 023 075

TELEMÓVEIS: 965 449 868 - 911 975 237

EMAIL: pombaljournal@gmail.com

SEDE DA REDACÇÃO: Rua Mancha Pé, nº 2
3100-467 Pombal

DIRECTORA: Manuela Frias (TE-971)
pombaljournal@gmail.com

REDACÇÃO: Manuela Frias (TE - 971),
Orlando Cardoso (CP 2220-A),
Ana Laura Duarte (CP 6634-A)

COLABORADORES: Pedro Rodrigues Mendes
Manuel Duarte Domingues, Nuno Oliveira (A Ver)

O Estatuto Editorial do Pombal Jornal
está disponível em

www.pombaljournal.pt

PERIODICIDADE: Quinzenário

PREÇO AVULSO: 1 € (IVA incluído)

PAGINAÇÃO: Crónicas Mágicas

IMPRESSÃO: Lusoibéria - Lisboa

TIRAGEM MÉDIA MENSAL: 5.000 exemplares

REGISTO NA ERC: 126310 | DEPÓSITO LEGAL: 367409/13

PROPRIEDADE, EDITOR E DETENTOR COM MAIS DE 10%

DE CAPITAL: Crónicas Mágicas, Unipessoal, Lda.; NIPC 509

905 269; Sede: Rua Principal, R/Ch Dtº, Costa das Casinhas,

3100-032 Abiul

GERÊNCIA: Paulo César Jesus Simões

Formar para crescer, crescer para vencer!

Sede
Av.º Heróis do Ultramar, n.º 12
3100 - 462 Pombal

Contactos
tel. 236 212 666
tel. Marito Alves 919 356 700



Funerária Mário Lopes Alves & Mota, Lda
Serviço funerário nacional e internacional
Artigos Religiosos

AGRADECIMENTO



Silvino de Jesus Silva

N: 16/06/1943
F: 28/03/2020
Arneiro do Pisão
Santiago Litém

Sua Família, vêm por este meio muito sensibilizados, agradecer a todas as pessoas que se associaram à sua dor e pelas provas de carinho e amizade que receberam aquando do falecimento e funeral do seu ente querido.

Tratou A Agência Funerária Mota & Gaspar, Lda.

AGRADECIMENTO



Maria de Jesus

N: 22/07/1925
F: 06/04/2020
Outeiro da Ranha
Vermoil

Sua Família, vêm por este meio muito sensibilizados, agradecer a todas as pessoas que se associaram à sua dor e pelas provas de carinho e amizade que receberam aquando do falecimento e funeral da sua ente querido.

Tratou A Agência Funerária Mota & Gaspar, Lda.

AGRADECIMENTO



Alfredo Pereira dos Santos

N: 06/09/1939
F: 06/04/2020
Casal do Gaio
São Simão de Litém

Sua Família, vêm por este meio muito sensibilizados, agradecer a todas as pessoas que se associaram à sua dor e pelas provas de carinho e amizade que receberam aquando do falecimento e funeral do seu ente querido.

Tratou A Agência Funerária Mota & Gaspar, Lda.

AGRADECIMENTO



Albertina da Silva Gomes Fernandes

N: 26/07/1949
F: 10/04/2020
Barrocal - Pombal

Sua Família, vêm por este meio muito sensibilizados, agradecer a todas as pessoas que se associaram à sua dor e pelas provas de carinho e amizade que receberam aquando do falecimento e funeral da sua ente querido.

Tratou A Agência Funerária Mota & Gaspar, Lda.

AGRADECIMENTO



António Rosa de Carvalho

N: 05/02/1941
F: 18/04/2020
Caeiro - Redinha

Sua Esposa Alzira Lourenço de Carvalho, suas Filhas Ana Paula Carvalho e Elsa Alexandra Carvalho, seus Netos e demais família na impossibilidade de o fazerem pessoalmente vêm muito comovidamente agradecer a todos quantos se dignaram a apresentar de qualquer forma, Apoio e as Condolências pelo saudoso extinto. A sua eterna gratidão, obrigado.

Tratou A Agência Funerária Lourenço & Vicente, Lda



Funerária Lourenço
de: Lourenço & Vicente, Lda.

SOURE: Quinta de S. Bento
POMBAL: Rua de Santa Luzia, 87
Tms. 966 067 256 • 912 238 110

AGRADECIMENTO



Lucino Mendes Ferreira

N: 19/05/1959
F: 17/04/2020
Ponte Nova - Vermoil

Sua Família, vêm por este meio muito sensibilizados, agradecer a todas as pessoas que se associaram à sua dor e pelas provas de carinho e amizade que receberam aquando do falecimento e funeral da sua ente querido.

Tratou A Agência Funerária Mota & Gaspar, Lda.



Funerária, Flores e Artesanato, Lda.

Funerais em todo o País e estrangeiro
Trata de Toda a documentação de pessoas falecidas
Coroas e palmas de flores naturais e artificiais
Agora também com fábrica de campas e acessórios

Email: geral@funeflor.pt | www.funeflor.pt

TM: 969 021 607 (Amilcar) - 968 562 180 (Bela) - 917 014 631 (Rui)
Albergaria dos Doze - Tel. 236 931 245
Freixianda - Tel. 249 551 304 - OURÉM

FLORISTA - 236 931 285



Mota & Gaspar, Lda
AGÊNCIA FUNERÁRIA

Serviço Internacional



Rua João de Barros, n.º 9
3105-442 Vermoil
Telf: 917 643 149 | 936 391 104
www.afmotagaspar.pt | geral@afmotagaspar.pt

FALECIMENTOS



Tratou A Agência Funerária Rolo & Ferreira

Maria Jordão

93 anos
F: 19/04/2020
Foitos - Louriçal

Viúva do Sr. Manuel Jordão
Mãe da Sr.ª Alzira da Conceição Jordão Cardoso e da Sr.ª Licínia Maria Jordão.



Maria de Ascensão Marcelos Domingues

75 anos
F: 12/04/2020
Casal Moura - Louriçal

Irmã dos Srs José Marcelos Domingues, Diamantina M. Domingue, Manuel M. Domingues, Francisco Marcelos Domingues e de Joaquim Marcelos Domingues.

Funerais | Cremações | Transladações para o País e Estrangeiro | Documentação Inerente ao Funeral | Camara Fria | Sala de Preparação | Mortuária | SERVIÇO PERMANENTE



Funerária Albino Pedro, Lda.

Tel. 236 926 242
Tm: 919 278 321 / 964 541 748
3100-012 ABIÚL, POMBAL

Albino.pedro@sapo.pt

AGRADECIMENTO

**Nelson Alberto
Ferreira Lobo Rocha**

N: 27/10/1935
F: 08/04/2020
Pombal

Sua esposa, Sr.ª D.ª Alda Valadas Neves da Gama e restante família vem por este meio na impossibilidade de agradecer pessoalmente a todas as pessoas que os apoiaram, assistiram e acompanharam neste momento de grande dor. Bem hajam e muito obrigado.

Tratou A Agência Funerária Margarida & Filhos, Lda

Funerária Margarida & Filhos, Lda.



SERVIÇO 24 H. NO PAÍS E ESTRANGEIRO

AGÊNCIA LEGALIZADA EM FRANÇA

Competência • Rigor • Transparência • Tradição

965 158 100 / 966 375 076 / 931 855 800

Viaduto Eng. Guilherme Santos, 1 - Bº-B - POMBAL

Nos momentos difíceis, agimos por si...

AGRADECIMENTO

**Conceição de Jesus
Ferreira**

N: 06/07/1924
F: 19/04/2020
Pombal

A família agradece a quem lhes manifestou o seu pesar

Tratou A Agência Funerária Margarida & Filhos, Lda

AGRADECIMENTO

**Maria
Simões**

N: 18/05/1928
F: 13/04/2020
Vale Figueira - Abiul

Seu Neto Anthony Neves de Oliveira, nora e restante Família vêm por este meio na impossibilidade de agradecer pessoalmente a todas as pessoas que os apoiaram, assistiram e acompanharam neste momento de grande dor. Bem hajam e muito obrigado.

Tratou A Agência Funerária Albino Pedro Lda

AGRADECIMENTO

**Maria
da Silva Botas**

N: 25/04/1934
F: 14/04/2020
Carvalhal - Vila Câ

Seus Irmãos Américo da Silva Luís, Ausenda da Silva Botas, Armindo Luís da Silva Botas, José da Silva, Sobrinhos e restante família vêm por este meio na impossibilidade de agradecer pessoalmente a todas as pessoas que os apoiaram, assistiram e acompanharam neste momento de grande dor. Bem hajam e muito obrigado.

Tratou A Agência Funerária Albino Pedro Lda

**ARRENDAR-SE**

QUARTO COM WC
PRIVATIVO, internet, todo mobilado, centro da cidade.
Cont.: 964 003 023

ARRENDAR-SE CASA DE
HABITAÇÃO T3 com barreiras e quintal em Vale Perno (Abiul/Pombal). Sítio muito sossegado.
Cont.: 236 671 208 | 916 845 212

VENDE-SE

MARAVILHOSA MORADIA
com Piscina T8, em pleno Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros (Mira de Aire - Porto de Mós). Ideal para Alojamento local. Área total do terreno: 928 m2.
Preço: 250.000 euros
Cont.: 917 940 756
pedroduarte.7059@gmail.com

VENDE-SE CARRINHA
FORD TRANSIT
Torneo, 3 lugares, caixa fechada (alta), cor branca, 147.000km. Ano 2011.
Matrícula alemã.
Valor: 5.000€.
Cont.: 934 845 296

**VENDE-SE**

- Vinho do lavrador a 4€ e 5€ / 5L; Feno enfiado a 3€ / fardo; - Feno a granel a 10€ / m3; - Azeite a 20€/ 5L
Cont.: 965 510 507

VENDE-SE empresa de táxis
em Santiago de Litém, por motivos de saúde.
Cont.: 912 541 055 / 236 930 071

VENDE-SE CONJUNTO
DE SOFÁS (3X2X1),
mesas, cadeiras e outros artigos de mobiliário.
Usados e em muito bom estado.
Cont.: 934 845 296



EMPRESA DE JARDINAGEM

ADMITE

funcionário (M/F).
Cont.: 966 020 882



PRECISA-SE CORTADOR
DE CARNES c/ ou s/ experiência, para talho em Pombal. Tempo inteiro ou part-time. Os interessados deverão enviar resposta dirigida a este jornal, acompanhada de currículo, para o email: pombaljornal@gmail.com, ou dirigir-se às instalações do Pombal Jornal.

Precisa-se EMPREGADA
DE BALCÃO (c/ ou s/ experiência) para cafetaria/snack-bar na cidade de Pombal. Horário: de segunda a sexta, das 07h30 às 16h30; e aos sábados, das 08h00 às 17h00. Domingo: encerrado. Cont.: 961 129 704

PROCURO
TRABALHO
PARA CUIDAR
DE IDOSOS em casa dos próprios. Tenho experiência, inclusivamente c/ acamados. Disponibilidade total (horário diurno ou nocturno).
Cont.: 913 696 056

PRECISA-SE SENHORA
PARA REALIZAR
TRABALHOS
DOMÉSTICOS
em habitação na Mata Mourisca. Tempo inteiro e com contrato de trabalho. Disponibiliza-se alojamento, caso seja necessário.
Cont.: 236 951 632 | 914 237 342



INSTALAÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO EDITAL

Processo n.º 062/10/15/199 (Área Centro)

Em conformidade com a disposição do n.º 9.º, da Portaria n.º 1188/2003, de 10 de Outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro, são convidadas as entidades singulares ou colectivas a apresentar, por escrito, para os serviços da DICC - Divisão de Instalações de Combustíveis do Centro da DGE (Área Centro), sítios na Rua Câmara Pestana, n.º 74, 3030-163 Coimbra, telefone n.º 239 700 200, dentro do prazo de 20 dias, a contar da data da publicação deste Edital, as suas reclamações contra a concessão da licença requerida pela entidade abaixo indicada, nos termos do Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, podendo para o efeito examinar o respectivo processo nos serviços acima referidos.

Entidade: Fernando Gameiro António - Combustíveis Unipessoal, Lda

Localização da Instalação:

Morada: Rua Figueira da Foz, n.º 178
Freguesia: Pombal
Concelho: Pombal
Distrito: Leiria

Capacidade total: 14000 litros

Produto	Armazenagem	Capacidade (Litros)
Gasóleo de aquecimento	SUPERFICIAL	14000

Tipo de Instalação: Reservatórios - Comb. Líquidos
Finalidade: Trásfega

01 / 04 / 2020

Carlos Oliveira
Carlos Oliveira
Diretor de Serviços de Combustíveis
Rua da Figueira da Foz, 178 - Pombal
Distrito de Leiria
Data de publicação: 01/04/2020
Edição: 10/04/2020

MUDANÇAS LOW COST

Todos os dias incluindo
fins de semana.

Cont.: 965 609 348
913 689 878

CONVÍVIO

1ª VEZ,
MORENA, gostosa, mamas 48, o.
natural divinal, bom 69, beijoqueira.
Adora atrás.
Cont.: 910 203 511





POMBAL
Rua Professor Gonçalves Figueira, 7
Tel./Fax: 236 216 782

EM TODOS OS
ÓCULOS GRADUADOS

20%
DESCONTO

+

DESCONTO
ADICIONAL

20%
EM PROGRESSIVOS

OFERTA
2º PAR



OLHAR
29/20

Promoção válida de 23/01 a 18/03/2020 na compra de óculos graduados completos (armação + lentes a partir do pack bronze), não acumulável com protocolos gerais e convencionados e com outras promoções em vigor. O 2º par de óculos graduados completos de oferta tem o valor mínimo de 39€ (composto por armação de 14€ + lentes monofocais 1.5 com tratamento antirreflexo). Saiba mais junto dos nossos colaboradores e em www.multiopticas.pt.

MultiOpticas
Olha por mim, sempre



POMBAL
Jornal
www.pombaljournal.pt

ASSINATURAS

236 023 075
pombaljournal@gmail.com

Valor da assinatura anual:
Portugal = 20€; Europa = 55€; Outros países = 85€

METEOROLOGIA

QUI 30



17° | 10°

SEX 01



20° | 10°

SAB 02



23° | 11°

DOM 03



27° | 12°

SEG 04



24° | 13°

TER 05



20° | 11°

QUA 06



19° | 9°

QUI 07



19° | 10°

SEX 08



18° | 10°

Projecto 3i's até Agosto 2021

Aprovado projecto para intervir na comunidade cigana

Orlando Cardoso

O Alto-Comissariado para as Migrações aprovou a candidatura relativa ao projecto 3i's - Intervir, Inovar e Incluir, direccionado à comunidade cigana residente na cidade de Pombal. O projecto é promovido pela Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Locais de Pombal (Adilpom) e o município.

O projecto, financiado com 25 mil euros, que garante o funcionamento até Agosto de 2021, en-

volve também os agrupamentos de escolas, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) e facilitadores da comunidade cigana, "tem vindo a ser implementado nos últimos anos, com impacto em áreas como a gestão da habitação social, a educação, a saúde e a acção social", refere a Câmara.

A edilidade presidida por Diogo Mateus adianta que "o 3i's é um projecto cuja estratégia passa pela inclusão social da comunidade cigana". "Desta forma, o

projecto incide especialmente na promoção da escolarização e participação cívica dos membros da comunidade cigana através da promoção de oportunidades que reforcem as capacidades e os interesses de cada um", realça.

Um dos objectivos passa por "combater os elevados índices de absentismo e abandono escolar, estão já envolvidos quatro facilitadores da comunidade cigana (dois homens e duas mulheres), numa perspectiva que visa também a promoção da igualdade de géne-

ro", enquanto outro dos objectivos "é a inclusão socioprofissional da comunidade cigana, através de apoio psicossocial e apoio à redefinição de percursos de vida", anuncia a autarquia.

"A promoção de uma cidadania activa e de não discriminação" é outro dos objectivos estratégicos do projecto, "cuja prossecução se procura conseguir através da promoção da participação cívica, política e cultural e de voluntariado de pessoas ciganas". "Essa promoção começa na definição das activida-

des a desenvolver no âmbito do próprio projecto", sublinha.

De acordo com o executivo camarário, "ao longo dos anos, este projecto tem dado frutos na integração da comunidade cigana e na dinamização de várias actividades de abertura à comunidade não cigana". "Estes resultados advêm de uma intervenção multifactorial, através do envolvimento dos agrupamentos de escolas, do Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar, do Projecto Ténis Solidário, entre outros", frisa.

ESTAMOS
A TRABALHAR
POR SI
**FAÇA A
SUA PARTE**
CUMPRA AS REGRAS

5 REGRAS DOS RESÍDUOS

- #1 Máscaras, luvas e lenços de papel, colocar no lixo comum
- #2 Lixo contaminado, colocar no lixo comum
- #3 Resíduos sempre dentro dos Ecopontos
- #4 Monos/Monstros, guarde-os em casa temporariamente
- #5 Lavar as mãos antes e depois de manusear os resíduos



www.valorlis.pt #PREVENIRCOVID19

